

José Rodrigues Monteiro

Marília Castro

A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança

Percursos e olhares



2018

A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança. Percursos e olhares

Edição comemorativa dos 500 anos

da Santa Casa da Misericórdia de Bragança

José Rodrigues Monteiro. Mestre em História Moderna, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Integrou a comissão instaladora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. Professor aposentado do ensino secundário e superior de Bragança. Foi professor convidado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Membro do CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (Universidade de Coimbra).

Marília Castro. Doutorada em História, especialidade em História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2001), instituição onde igualmente obteve o título de Mestre em História da Arte (1995). Licenciada em Ciências Históricas pela Universidade Portucalense – Infante D. Henrique (1993).

Docente do Departamento de Ciências Sociais da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.

Título: A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança. Percursos e olhares

Autores: José Rodrigues Monteiro & Marília Castro

Edição: Instituto Politécnico de Bragança

Patrocínio: Santa Casa da Misericórdia de Bragança

Ano: 2018

ISBN: 978-972-745-246-0



Índice

Introdução

I – Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança, por Marília Castro

1. O Compromisso. No passado e no presente
2. A Irmandade...
 - 2.1. As vicissitudes de um encargo...
 - 2.2. Algumas apreensões antigas – o arquivo documental

II – *Encargos e funções religiosas da Misericórdia de Bragança*, por Marília Castro

1. A igreja privativa da Irmandade
 - 1.1. Capelães, sacristães e outros zeladores
 - 2.2. A capela mortuária
2. Os Passos

III - Arte e iconografia, por José Rodrigues Monteiro

1. O retábulo da igreja da Misericórdia...
 - 1.1. *Breve nota sobre o templo*
 - 1.2. *A Senhora da Misericórdia: sob o manto protetor*
 - 1.3. Entra em cena o retábulo
2. Da bandeira da Misericórdia...

IV - Viver, celebrar, morrer..., por José Rodrigues Monteiro

1. Celebrações, solenidades, festividades, rituais
 - 1.1. Das “funções” da Santa Casa: “festividades, sufrágios e encargos religiosos”
 - 1.1.1. Das procissões...
 - 1.1.1.1. Quaresma e Semana Santa
 - 1.1.1.2. As procissões dos domingos e quartas
 - 1.1.1.3. O complexo processional da Semana Santa
 - 1.1.1.4. Procissões propiciatórias
 - 1.2. O ano litúrgico
 - 1.3. Dos presos e dos rituais da Quinta Feira Santa
 - 1.4. Festas, espetáculos e iniciativas lúdicas...
 2. Da morte e das cerimónias fúnebres
 - 2.1. Dos funerais e das faltas dos irmãos...
 - 2.2. Sentenciados à morte e padecentes

V – Mais solenidades e festividades..., por Marília Castro

1. As festividades da Semana Santa
 - 1.1 As doações

2. **A Festa dos Doentes de 1952**
3. **A música... sempre presente**

VI – Os benfeitores, por Marília Castro

1. **Das benfeitorias às singelas dádivas**
 - 1.1. Irmãos Beneméritos. Galeria de retratos e Livro de Ouro
2. **O cortejo de oferendas**
3. **A obra de Monsenhor José de Castro**

VII - A Misericórdia de Bragança e as toleradas, por José Rodrigues Monteiro

1. **Palavras prévias...**
2. **Como uma abertura...**
 - 2.1. Das obras de Misericórdia
3. **Considerações sobre toleradas: sob o signo do paradoxo**
 - 3.1. Do regulamentarismo...
 - 3.1.1. *O regulamento de 1908*
4. **À procura das toleradas**
 - 4.1. Descendo à urbe....
 - 4.2. No hospital: internamentos e tratamentos
 - 4.2.1. *Números e contas...*
 - 4.2.1.1. *“Mapa de entradas e saídas (1900-1902)” das toleradas...*
 - 4.2.1.2. *Das “papeletas...”*
 - 4.2.1.3. *“Guias de Inspeção”*
 - 4.3. Mais algumas achegas...
5. **Doenças venéreas à solta...**
 - 5.1. Pânico em 1892
 - 5.2. Um estatuto especial para o tratamento das toleradas
 - 5.3. Santas Casas invejosas...
6. **A Santa Casa “cubículo de toleradas”**
 - 6.1. Perturbações dessa “gente turbulenta”
7. **Como um posfácio...**

VIII - Lista das Mesas Administrativas da Irmandade da SCMBGC de 1900 à presente vigência (2016-2019), por Marília Castro

Bibliografia

II – *Encargos e funções religiosas da Misericórdia de Bragança*

Marília Castro
Instituto Politécnico de Bragança
mcastro@ipb.pt

1. A igreja privativa da Irmandade

“A Santa Casa da Misericórdia, senhora da igreja dedicada a Jesus Cristo e ao Espírito Santo, não lhe suprimiu o culto, nem deixou de lhe administrar as rendas”.
Castro, J. (1948, p. 63)

O monografista da Irmandade brigantina dedicou na sua obra um capítulo à igreja privativa (capítulo III) tecendo nele, todas as considerações e descrições da igreja, capela do Senhor dos Passos, altares devocionais, sacristia, coro alto, alfaias e paramentaria que lhe foram possíveis. Ficamos através delas a conhecer a dimensão de uma igreja que aumentou arquitetonicamente, algumas reformas que a Irmandade teve disponibilidade económica em empreender, e em cujas palavras se depreende a existência, então, de um património que o decurso dos tempos e dos corpos gerentes não foi capaz de preservar.

Diversos inventários foram elaborados (conhecem-se os de 1783 e de 1852, reiteradamente mencionados por Pe. José de Castro), e através de cujos documentos se conhecem a relação de bens existentes às datas. Outros terão sido elaborados – em 14 de julho de 1834, em Mesa Administrativa do provedor Francisco de Figueiredo Sarmiento, havia sido deliberado que “acordou se procedesse a inventario de todos os paramentos e ornatos destinados para o Culto Divino da igreja da Santa Caza, assim como de roupas, utensílios pertencentes à mesma Caza, e igualmente das escripturas que regullão o seu rendimento”¹.

A 6 de julho de 1835, por *acórdão em Mesa* “se accordou que a Missa conventual do meio dia se celebrará nos Domingos, e dias sanctos no Altár Mór por hum dos Capelães

¹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de Acórdãos da Mesa Administrativa 1832-1864, fl. 8v. Junto com o provedor Francisco de Figueiredo Sarmiento (1834-1837) eram, nesta data, escrivão Francisco Pires de Carvalho Meirelles e tesoureiro mor Júlio José de Moraes.

da Caza, para cujo fim se farão scientes os ditos capelaens”². Por meados de Oitocentos, estava determinado que diariamente eram celebradas missas pelos Irmãos, devendo à sexta feira ser celebrada na capela do Senhor dos Passos, por ser em sua honra, missa cantada a 2 de julho (dia de Santa Isabel) e a 22 de junho (dia de Santa Maria Madalena), missa do meio dia nos dias santificados, ofício geral pelos Irmãos defuntos; em 1877, pelo Novo Compromisso, mantém-se a missa diária pelos Irmãos “vivos e defunctos”, missa do meio dia de domingo e dias santos, missa do Senhor dos Passos sextas feiras, domingos e dias santos, missa cantada e procissão de Passos na segunda dominga da Quaresma, missas cantadas a Santa Isabel e Santa Maria Madalena, “officio geral no dia 3 de Novembro, pelos irmãos defunctos”, procissão do *Enterro do Senhor*, missa do Espírito Santo, missas impostas por legados e três missas por alma de cada *Irmão* falecido; muitas das celebrações tendo passado a facultativas foram-se perdendo com o passar do tempo e com as vicissitudes vivenciadas, tendo-se chegado a finais de Novecentos, com a obrigação do culto divino de celebração da missa de domingos e dias santificados, festa anual da Visitação, cerimónias da Semana Santa, mantendo-se a novena e procissão do Senhor dos Passos, procissão do Enterro do Senhor, e todos os encargos de missas de sufrágio por Irmãos falecidos – encargos atualmente ainda mais reduzidos, para além destes últimos encargos mencionados, celebra-se missa semanal, festa anual em honra da Padroeira e cerimónias litúrgicas da Semana Santa³.

As preocupações inerentes à limpeza, manutenção e conservação do espaço da igreja privativa, e mais tarde, também, com a capela do hospital – a decência, a ordem, a honestidade “pois à Casa de Deos só convem a santidade”⁴. Mas momentos houve em que alguns registos se fizeram de chamadas de atenção: a 11 de abril de 1834, pelo provedor Abade de Quiraz, em acórdão da sua Mesa Administrativa observou-se que “(...) atendendo a indecência com que os santos se achão cobertos no tempo da quaresma principalmente os que se achao no altar mor da igreja da santa caza chigando a ter

² ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de Acórdãos 1832-1864, fl. 10. Citado in Castro, J. (1948). A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança, p. 81.

³ Compromisso da Irmandade... de 1856; Novo Compromisso de 1877, p. 27; Compromisso da Irmandade de 1981, p. 12; Compromisso da Irmandade de 2015, p. 9. Atualmente no Compromisso em vigor (artigo 12º), estipula-se a realização de “missa semanal da Santa Casa da Misericórdia de Bragança; missa de sufrágio por alma de cada irmão falecido; a festa anual da Visitação em honra da Padroeira das Santas Casas da Misericórdia; as cerimónias litúrgicas da Semana Santa; missa no mês de Novembro de cada ano por alma de todos os irmãos, Beneméritos falecidos; a celebração de outros atos de culto que constituam encargos aceites” (in Compromisso de 2015, p. 9).

⁴ O Sacrosanto e Ecumenico Santo Concilio de Trento, Lisboa, edição de 1781, tomo II, p. 355.

cobertores do camas por isso e porque estes mesmos são emprestados determinão que se fação cortinas de tafeta roxo para as cobrir (...)”⁵. Com o uso, imperativamente, alguns arranjos e tantas outras substituições são necessárias. Em 1851, a 26 de janeiro, foram encarregados os *Irmãos da Mesa* António Joaquim Pinto e João António de Matos “encarregados do exame da roupa da sacristia o resultado da sua vezita, informando que precisavam concerto oito alvas”, mas acrescentou-se ainda a necessidade de uma toalha nova para os altares e que “hua das que estão em uso servisse para compor as alvas: que se concertassem as fechaduras dos gavetoens da sacristia, e torneiro do lavatório”⁶.

“Encerrado, o mosteiro de Santa Escolástica (S. Bento) pela morte da última religiosa, a imagem da Senhora das Dores foi transferida para a igreja da Misericórdia. A Mesa ficou contente, e resolveu colocá-la ao altar de Nossa Senhora da Soledade e celebrar anualmente no dia próprio uma missa cantada por 3 padres, 1 ajudante e 6 cantores”⁷.

A 7 de abril de 1854, a notícia desta transferência da imagem pétreia setecentista de Nossa Senhora das Dores “que tão digna se torna do maior culto e veneração, resolveu a actual Meza, em secção d’hoje q. a dita Imagem fosse collocada em um dos altares lateraes, e que d’ora avante se lhe celebrasse uma missa cantada”, ficando ao arbítrio das Mesas futuras esta celebração por dia 15 de setembro⁸ – manteve-se sempre um encargo facultativo...

Novo cuidado para com a decência do templo, data de 20 de março de 1864, pela Comissão presidida pelo *Coronel* Cândido Augusto de Oliveira Pimentel “que desta data em diante se forneça aos sacerdotes que quizerem celebrar Missa na Igreja desta Santa Caza, apresentando-se com a devida dessencia – vinho – hostas, e cêra para o dito fim”⁹.

Ao longo dos tempos o cumprimento pelos encargos advindos de legados pios foram-se mantendo e, no início de Novecentos, integravam a despesa anual apresentada, veja como exemplo a despesa de 1913, com o ofício geral pelos Irmãos falecidos, pelos

⁵ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de Acórdãos 1832-1864, fl. 8v. Fez este registo o escrivão João António de Matos.

⁶ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de Acórdãos 1832-1864, fl. 52v.

⁷ Castro, J. (1948). A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança, p. 70.

⁸ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de Acórdãos 1832-1864, fl. 63. A imagem de Nossa Senhora das Dores permanece num dos altares laterais da igreja – no altar de S. João Evangelista.

⁹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de Acórdãos 1832-1864, fl. 89.

benfeitores Pe. Camilo António da Fontoura, Francisco Ferreira Alves, Barão de Castelo de Paiva e António Júlio Pimentel Martins ¹⁰.

Despeza – Título I – (...) Cap. VIIº - artº 1º -
nº 36 Officio geral pelos irmãos falecidos – 8\$000;
nº 37 Idem anual pelo falecido Pe. Camillo Antonio da Fontoura, em cumprimento do seu legado pio – 4\$000;
nº 38 Idem pelo falecido Francisco Ferreira Alves, em cumprimento do seu legado pio – 4\$000;
nº 39 Duas missas annuaes pelo falecido Barão de Castelo de Paiva, em cumprimento do seu legado pio;
nº 40 Missa annual pelo falecido Antonio Julio Pimentel Martins, em cumprimento do seu legado pio - \$500. (Livro de atas 1907-1919, fl. 90v – Ata de reunião de 15 agosto 1913)

“A Via Sacra que o inventário de 1852 registou, foi substituída por outra em 1855 que custou 3.840 reis e o confessionário de madeira teve substituto em 1930, e os candeeiros de parede, comprados em 1895 por 2.700 reis, foram inutilizados pela luz eléctrica que custou 1.140,80 escudos, instalada em 1929. Foi neste ano que se compraram 30 velas automáticas que custaram 227 escudos, foi em 1935 que se fizeram os bancos da igreja, em 1937 que se compraram esteiras, em 1939 que se adquiriram 2 crucifixos e em 1940 que foi autorizada a colocação da imagem do Sagrado Coração de Jesus”¹¹.

Os quadros das Vias-sacras atualmente estão arrumados em condições bastante deficientes, contêm ambas gravuras das passagens bíblicas, muito embora de dimensões e emolduramentos diferentes. O confessionário mais antigo desconhece-se o paradeiro, sendo que o último confessionário da igreja se encontra numa arrecadação – peça de linhas simples sem grandes ornatos. Dos candeeiros pouco subsiste, devendo datar do momento da instalação da luz eléctrica os dois singelos candeeiros que encimam o envidraçado do nicho central do retábulo do Senhor dos Passos. Os bancos ainda estão alguns no corpo da igreja, outros em dependências contíguas – gastos pelo tempo e pelo uso.

A 5 de dezembro de 1935, em comissão presidida pelo Dr. Manuel de Jesus Fernandes Torres, algumas intervenções de conservação foram apontadas para o edifício da igreja e antigo hospital: pintura de portas, portão de ferro e a encomenda de vinte bancos para o corpo da igreja que, pelo que depreende, até àquela data nenhuns tinha, por iniciativa do Cónego Manuel Nunes Formigão¹² – professor do Seminário de S. José de

¹⁰ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1907-1919, fl. 90v.

¹¹ Castro, J. (1948). A Santa e Real Casa da Misericórdia de Bragança, p. 71.

¹² ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1933-1942, fls. 49v-50.

Bragança, instituição em que assumiu a reitoria em 1939¹³; havia chegado a Bragança em 16 de setembro de 1934, segundo o seu diário pessoal, foi nomeado capelão da Misericórdia, onde inicialmente celebrou apenas a missa dominical, passando a celebrar diariamente em fevereiro do ano seguinte; conhecido como o Apóstolo de Fátima (o quarto “pastorinho” de Fátima) esteve encarregado dos primeiros interrogatórios aos *Pastorinhos* para indagar da autenticidade dos acontecimentos de 1917 da Cova da Iria.

“Para Bragança, (...) levou consigo, enraizado na alma o desejo de propagar a devoção a Nossa Senhora de Fátima. Para esse fim, mandou ir de Fátima uma imagem de Nossa Senhora, a primeira da Diocese, que colocou na Igreja da Misericórdia, de que era capelão. A paróquia da Sé também queria essa imagem. Mas o Dr. Formigão levou-a para a capela do Seminário Maior e mais tarde para o Seminário de Vinhais”¹⁴.

“Tendo sido apresentada, pelo Exmo. Provedor, a necessidade de se mandarem pintar as portas da Igreja bem como as portas que dão para a Rua 1º do Dezembro e ainda o portão de ferro da Rua Marquez de Pombal, que se encontram em estado pouco decente e para que não venham, com o seu aspecto manifestar incúria ou desleixo da parte de quem tem a seu cargo a administração dos bens desta Santa Casa e ainda a falta de respeito e atenção que todas as coisas religiosas nos devem merecer, e ainda para que o seu estado de limpeza se imponha à consideração e respeito que deve haver por tudo quanto se ligue mais ou menos com a Santa Religião de Deus, resolveu-se encarregar de proceder á determinação destas obras o Exmo. Vogal desta comissão Snr. José Porfirio Gouveia, fazendo-as por administração directa visto o seu valor não dever importar em quantia superior a mil escudos e conforme autoriza a Lei nº 1567 de 8 de Setembro de 1924.

Bancos para a Igreja: - Pelo mesmo Exmo. Provedor foi mais apresentada a seguinte questão: como é do conhecimento da Comissão, foi há tempos sugerida a ideia, pelo Reverendo Conego Manuel Nunes Formigão, de dotar a Igreja desta Misericórdia com alguns bancos á semelhança do que se tem feito noutras Igrejas desta cidade. Aprovada a ideia que achámos louvavel e de utilidade para os fieis, fizemos vêr, todavia, que para a sua realização se tornava necessário capital de que não dispunhamos para o custeamento completo, dizendo-nos aquele Exmo. Snr. Conego que aceitaria o nosso concurso dentro dos limites do possivel e da boa vontade e o resto seria com ele. Nesta conformidade o mesmo Exmo. Snr. Conego mandou fazer vinte bancos que já se encontram colocados na Igreja e pede o nosso concurso para o seu pagamento. A Comissão em face do exposto e não podendo presentemente dispôr de maior quantia, deliberou contribuir para

¹³ Arquivo do Seminário de S. José de Bragança – Livro do Pessoal Superior ..., fl. 20v. No ano letivo de 1939/1940, encontra-se registado como Reitor do Seminário; sucedeu-lhe P.º Ângelo Olímpio Melenas (ano letivo 1943/44, fl. 24v).

Em 26 e 27 de maio de 2017, Cónego Formigão (n. 1/1/1883 – 30/1/1958) foi homenageado em Bragança pela Diocese de Bragança Miranda e Fundação Mensageiro de Bragança com uma cantata “As Maravilhas de Fátima” e uma exposição “O Apóstolo de Fátima” sobre a sua passagem na cidade de Bragança e os legados que deixou aos brigantinos, como a fundação do Patronato e o jornal “Mensageiro de Bragança”.

¹⁴ Leirien-Fatimen (2013). Beatificationis et canonizationis servi dei Emmanuelis Nunes Formigão. Roma: Nova Ress.r.l., p. 424.

“(...) tendo atraído a esses locais grande multidão de fiéis. Quando falava de Nossa Senhora todo ele vibrava e se transcendia, pois sensibilizava e sensibilizava-se, sendo um encanto ouvi-lo”. Marques, R. (2009). Roteiro da vida do Padre Manuel Nunes Formigão. Fátima: Editorial A.O., p. 225.

o pagamento dos bancos com a importância de quinhentos escudos (500.00) importância que será entregue ao referido Exmo. Snr. E levada a conta da verba número 11 do orçamento. (Livro de atas 1933-1942, fls. 49v-50)

Da passagem desta imagem de Nossa Senhora de Fátima pela igreja da Misericórdia nada atualmente se conhece. Presentemente, encontra-se num retábulo lateral da igreja de Nossa Senhora da Encarnação de Vinhais (Seminário Menor de Vinhais). Trata-se de uma imagem de madeira estofada e policromada, de dimensões generosas (cerca de um metro), datada dos anos de 1930, e da autoria de uma das oficinas de santeiros Ferreira Tedim, de São Mamede do Coronado, no concelho da Trofa, a quem pertence a execução da imagem de Nossa Senhora de Fátima da Capela das Aparições.

Da imagem do Sagrado Coração de Jesus, apenas persiste o registo em ata de 30 de junho de 1940:

“(…) apresentado o despacho do requerimento do Excelentíssimo Prelado a respeito da autorização que se lhe havia pedido para colocar a imagem do Sagrado Coração de Jesus que havia sido oferecida por uma senhora devota. Em vista do referido despacho, resolveu esta comissão colocar a imagem no arco cruzeiro e fazer-lhe o respectivo camarim”¹⁵.

E, acerca da devoção ao Imaculado Coração de Jesus na igreja da Misericórdia, desconhecendo-se o paradeiro desta imagem, pelas imagens inseridas na obra de Monsenhor José de Castro, pode salientar-se um outro aspeto – aquelas fotografias datadas certamente dos anos de 1940, dão pistas de património desaparecido e de outro que a evolução temporal e algumas intervenções de conservação alteraram. No painel central do retábulo-mor da igreja privativa, numa fotografia de conjunto conhece-se a disposição à data – um altar já há algum tempo isolado na sacristia, com o seu sacrário, os castiçais que permanecem, as três sacras já retiradas, mas existentes numa arrumação. Uma disposição litúrgica que remete a um período anterior à Reforma Litúrgica do Sacro Concílio do Vaticano II ¹⁶. E a fotografia de detalhe do relevo de Nossa Senhora da

¹⁵ ADBG/MIS/ADBG – Livro de atas 1933-1942, fl. 171v.

A 4 de janeiro de 1938, havia o procurador Fernando Raul Gonçalves Silvano proposto “que nas enfermarias do hospital fosse colocado um crucifixo igual ao das escolas”, proposta que foi secundada pelo Provedor, justificando que “fazia esta proposta em virtude de no Hospital não haver um símbolo religioso sendo esta Instituição essencialmente religiosa”. Avistando-se o Provedor com o Diretor Escolar do Ministério da Educação Nacional, foi o pedido atendido. “Resolveu-se que logo que se conseguisse o desejado, se fizesse a entronização com todo o esplendor possível”. In Livro de atas 1933-1942, fl. 126v.

¹⁶ *Sacrosanctum Concilium* sobre a Sagrada Liturgia (1963).

Misericórdia, apresenta uma Senhora a necessitar de restauro, pois as suas mãos não têm todos os dedos, um rosto muito esbranquiçado e no seu frontal uma base branca (muito particular de finais de Novecentos) onde atualmente identificamos um monograma com um escudo e as quinas portuguesas, observa-se a representação do *Imaculado Coração de Jesus* – sobre tal pormenor o monografista Pe. Castro nada refere (na ausência de qualquer registo documental, e porque provavelmente sempre conheceu assim o conjunto...) – certo é que terá sido no restauro dos anos de 1990 que esta “intervenção” terá sido retirada nulificada.

Tal como no espaço dos Lares da Santa Casa acontece, também aquando da edificação do “novo” hospital não foi descurada a existência de uma capela. A 2 de julho de 1945, “em virtude de se ter completado a instalação da enfermaria religiosa no Hospital desta Santa Casa, no passado dia trinta de Junho findo, com a inauguração e benção da capela por Sua Excelência Reverendíssima, o Senhor D. Abílio Vaz das Neves” Bispo da Diocese ¹⁷, que em diversos momentos assistiu às cerimónias religiosas na Irmandade. A 2 de março de 1951, houve a “conveniência de se mandar colocar na capela do Hospital, com o fim de vedar a porta de entrada um reposteiro com as armas desta Santa Casa, tendo também informado a Mesa de que tornando-se necessário uma mísula para o altar”, sendo o mesário do dito pelouro Fernando Raul, “encarregado de a conseguir sem qualquer encargo para esta instituição”. Mas ao fim de poucos anos, reparos apresentam-se necessários, deliberando a Mesa a 20 de maio de 1960, “autorizar a reparação da capela do Hospital, não devendo a despesa exceder a quantia de 1.500\$00”¹⁸.

Em 1947, sem sofrer grandes alterações o texto do Compromisso em vigor, a 23 de junho, o vogal João da Cruz Dias fazia em Mesa uma proposta que pretendia relembrar a comemoração da *Padroeira* da Santa Casa – “comemorada, com a devida solenidade religiosa, como homenagem desta Confraria, (...) e porque já há muitos anos que esta festividade passou aos domínios do esquecimento, cumprindo a esta Comissão, toda ela constituída por católicos, fazer reviver tão digna homenagem” no dia 2 de julho¹⁹.

As três sacras continham os memorandos de que o celebrante podia no caso de um breve esquecimento recorrer: a mais importante e maior ao centro, continha as orações do *Cânon*, do lado da Epístola as orações do *Lavabo* e do lado do Evangelho, o Prólogo de São João (*o Último Evangelho*).

¹⁷ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1942-1947, fl. 72.

¹⁸ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1950-1953, fls. 61-61v; Livro de atas 1960-1968, fl. 21.

¹⁹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1947-1949, fls. 6v-7.

= Que pelo número primeiro do artigo quarto do Compromisso desta Santa Casa, é considerada padroeira desta Confraria “Nossa Senhora da Misericórdia”, cuja imagem existe no quadro colocado no altar-mor da Igreja privativa desta Instituição. E porque é no dia em que a Igreja comemora a Visitação de Nossa Senhora – dois de Julho – que deve ser comemorada, com a devida solenidade religiosa, como homenagem desta Confraria, o dia da sua padroeira, e porque já há muitos anos que esta festividade passou aos domínios do esquecimento, cumprindo a esta Comissão, toda ela constituída por católicos, fazer reviver tão digna homenagem, tenho a honra de propor que esta Comissão promova a festividade a que me refiro, com o seguinte programa:

Dia 29 de Junho: - pelas vinte e uma horas – na Igreja da Misericórdia terá início um tríduo preparatório, com terço a Nossa Senhora e bênção do Santíssimo Sacramento.

Dia 2 de Julho: - pelas nove horas – missa solene, com comunhão geral aplicada pelas melhoras dos doentes internados no Hospital desta Santa Casa e intenções dos Irmãos desta Confraria.

No mesmo dia: - pelas vinte e uma horas – Exposição do Santíssimo Sacramento, terço e bênção.

A Comissão prestou a sua aprovação unânime a esta proposta, deliberando mais que o Reverendo Capelão e a secretaria tomem as providencias necessárias à sua execução e publicidade, convidando-se para esta festividade toda a irmandade. (Livro de atas 1947-1949, fls. 6v-7)

Muitos foram aqueles que auxiliaram sempre a manutenção do culto na igreja da Misericórdia. Pelo registo de pagamentos de 30 de junho de 1947, a verba de oitocentos e cinco escudos entregues “a D. Maria de Lourdes Peleção, residente em Lisboa, pelo fornecimento de um paramento branco para os actos de culto”. No início do ano de 1948, sendo *vogal dos Serviços Religiosos* Carlos Alberto Pereira Horta, em sessão de 2 de fevereiro, “foi ponderada a necessidade de se proceder à pintura da Igreja, douramento dos altares, limpeza de imagens”, entre outros aspetos não especificados, “por se verificar a conveniência de que não é de descurar o encargo do culto religioso que à Santa Casa obrigatoriamente comete a letra do seu Compromisso”, o que implicava recolher uma “estimativa de orçamento para as necessárias obras” para posterior deliberação. A 22 de agosto de 1949, nova proposta pelo *vogal dos Serviços Religiosos* Álvaro Vaz onde se sublinha a necessidade da reparação, caiação e pintura da fachada e portas da Igreja e secretaria no edificio contiguo: “proposto que se preceda à reparação, caiação e pintura das portas, caixilhos e fachadas da Igreja e da secretaria, edificios propriedades desta Santa Casa. (...) que a secretaria elabore as respectivas condições e caderno de encargos para esta Comissão apreciar”²⁰.

Depreende-se as apreensões com a igreja e o seu património. Em sessão de 27 de abril de 1951, relativamente ao empréstimo de “artigos e objectos dos serviços religiosos”

²⁰ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1947-1949, fls. 9v, 59-59v, 131.

deliberou a Mesa que “de futuro, sempre que alguém deseje utilizar, por empréstimo, artigos ou objectos, etc, destinados aos serviços religiosos, que sejam propriedade desta Santa Casa”²¹, que o pedido de empréstimo fosse submetido à apreciação da Mesa. Subentende-se nesta deliberação apreensão por episódios passados e que causaram constrangimentos.

Entre os encargos processionais sempre respeitados, a procissão do Senhor dos Passos levou a que, em 5 de março de 1960, tivessem conhecimento os corpos gerentes de uma oferta de um antigo mesário e *Irmão, Coronel* António Eduardo de Oliveira Faria por uma carta dirigida ao chefe de secretaria, em que declarava deferir um pedido que havia recebido e que “ele e sua esposa ofereciam a cortiça virgem para a construção de um andor novo para o Divino Senhor dos Passos, cortiça já chegada a esta cidade, como se vê da guia de transporte em caminho de ferro” cuja carta anexava ²².

Ao encerrar o triénio de 1970-1972, a 31 de dezembro desse último ano, sob a provedoria do Engenheiro Manuel Maria Sampaio, enquanto faziam o fecho de contas, lamentavam os mesários não terem conseguido concretizar todos os itens a que se haviam proposto, entre estes um inventário patrimonial da Irmandade:

“Não conseguimos elaborar um novo inventário e actualizado inventário dos bens da Misericórdia, muito conveniente e necessário para se conhecer o seu património actual, base e esteio para o planeamento das actividades a desenvolver. Nomeadamente é de referir a necessidade de se proceder à reconstrução de alguns imóveis urbanos (o edifício sede anexo à Igreja da Misericórdia e o edifício da Rua Alexandre Herculano) com vista a eliminar o aspecto de abandono que apresentam e principalmente com o fim de obter deles o rendimento que podem proporcionar. Não iniciamos este trabalho sómente porque as disponibilidades financeiras da Santa Casa nos primeiros anos do nosso mandato não permitiram”²³.

Obras de preservação da estrutura arquitetónica da igreja e áreas anexas, têm sido constantes apreensões que não cessam. Em 1974, a 27 de novembro, havia sido realizado e apresentado à Mesa Administrativa um levantamento “sobre o aproveitamento e reconstrução do prédio desta Santa Casa anexo à Igreja da Misericórdia”, deliberado o

²¹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1950-1953, fl. 69v.

²² ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1960-1968, fl. 10.

²³ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fl. 106.

pagamento do serviço e resolvido um adiantamento para a realização do projeto do novo prédio; a 18 de dezembro seguinte, sobre este projeto “para a reconstrução da casa da Caleja das Pedras”, deliberação no sentido de “proceder à ratificação do caderno de encargos, de acordo com a alteração imposta pela Câmara Municipal, que não autoriza a construção do quarto andar”, sendo ao mesmo arquiteto entregue o encargo de elaboração do projeto de reconstrução do prédio anexo à Igreja da Misericórdia ²⁴ – depreende-se que a preocupação para com a designada antiga “Casa do Despacho” já decorre há algumas e largas décadas.

Os danos na paramentaria são observáveis em alguns dos exemplares subsistentes. Aproveitamentos forçados em algumas peças, denotam dificuldades económicas que foram atravessadas. Em 7 de abril de 1976, constatou-se a existência de “diversos paramentos muito danificados, pelo que a Mesa lastima, e assim vai promover-se o arranjo dos mesmos, para servirem no próximo ano na Semana Santa”. Um pedido do Capelão, teve deferimento em 10 de dezembro de 1976, no referente ao solicitado por requisição para aquisição de “uma instalação sonora para a igreja “ficando determinado que se procedesse ao pedido de orçamentos para a sua aquisição”, e quanto à “aquisição de uma estante e uma píxide à Casa do Clero” teve autorização para se adquirir ²⁵.

Em 18 de fevereiro de 1977, sendo reconhecida a necessidade urgente de reparação do telhado da igreja “e às pinturas interiores e exteriores para que na Semana Santa se encontrem concluídas” devendo para tal ser contactado um empreiteiro. A 1 de fevereiro do ano seguinte, a decência e o recato devido à capela mortuária exigia um reposteiro, devendo a mesária Maria Adelaide Pires providenciar “para que se vede com reposteiro apropriado a capela mortuária do Divino Senhor dos Passos”. Preocupação para com todos os altares e a sua manutenção, a 19 de abril de 1978, enviou-se “uma circular a cada irmã nomeada para o arranjo e embelezamento dos respectivos altares”, designando-se equipas de seis elementos cada para os altares de Nossa Senhora da Soledade, de São João, Divino Senhor dos Passos e altar mor que teria apenas cinco elementos ²⁶.

Os responsáveis pelo pelouro dos serviços religiosos, sempre atentos a uma manutenção cuidada foram apresentando propostas. Nem sempre possíveis por falta de

²⁴ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1960-1968, fls. 162 e 163v.

²⁵ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fls. 184v-185, 197v.

²⁶ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fls. 201v, 212, 215v-216. Neste último fólio, existe a referência ao altar de Nossa Senhora das Dores (em vez de Nossa Senhora da Soledade) por lapso.

um equilíbrio financeiro adequado. A 7 de fevereiro de 1979, o responsável apresentou uma proposta que teve aprovação, consistindo:

“Porque na Igreja chove como na rua deve prover-se logo que possível à reparação ou substituição do telhado conforme necessidade indicada pelos técnicos. Devem ser pedidas as propostas ou, se for apresentado rápido o projecto de construção do edifício anexo a Igreja poderá ser incluída a obra do telhado.

Como há poucos paramentos e velhos, devem ser feitos ou comprados os que se julgarem necessários.

Peça-se ao capelão para informar o que tiver por conveniente.

Torna-se conveniente adquirir uma via-sacra nova em relevo. Deve entrar-se em contacto com as casas fabricantes em Espanha”²⁷.

No serviço da igreja foi solicitado, a 21 de março de 1979, que em todas as missas deveriam estar “à volta do altar, devem estar quatro irmãos com as vestes e um círio”, ficando de tal responsável o mesário *Professor Mário Pires Genésio*; enquanto ficou encarregada a Irmã Sant’Ana de mandar fazer duas alvas e adquirir uma casula roxa gótica. Quanto ao já mencionado telhado teve intenção de estruturação de um caderno de encargos em 1983, quando a 27 de junho se determinou a sua substituição²⁸.

Sobre a nova via-sacra só veio a intenção de ser inaugurada, anos mais tarde. Em 1984, tendo-se esperado pelas festividades da Semana Santa deste ano para o fazer, considerando-se “que recentemente se adquiriu”²⁹ – a entrega desta encomenda não terá sido feita junto com a primeira prestação, conclui-se...

Na abertura de um novo triénio (1985-1987), a 13 de janeiro, congratulou-se o Provedor Cónego José Valdemar Pires com a presença de todos os mesários eleitos na primeira reunião de trabalho e “manifestou a esperança da Mesa Administrativa eleita recentemente realizar um profícuo trabalho em prol dos irmãos mais idosos”; feito um resumo das atividades desenvolvidas e “deu a conhecer a todos os presentes” os projetos previstos para este ano de 1985 – redistribuindo os pelouros pelos *Irmãos*, ficaram encarregados da Igreja Henrique Joaquim Preto Fernandes e Mário Fiel Pires Genésio (acumulando com a tesouraria), como coordenador das *Mordomias* Domingos Miranda – e ainda “o Provedor alvitrou a criação das seguintes Mordomias: Idosos; Doentes; Defuntos; Senhor dos Passos; Senhor da Misericórdia; Senhor da Visitação; Senhor da

²⁷ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fl. 230v.

A via-sacra em relevo de madeira, encomendada em Madrid (de madeira dourada e policromada que se encontra no corpo da igreja?), teve liquidação metade do pagamento total, a 29 de julho de 1981. In Livro de atas 1981-1991, fl. 8v.

²⁸ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fls. 238-238v; Livro de atas 1981-1991, fl. 42.

²⁹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fl. 53.

Reconciliação, ficando encarregado o Mesário Senhor Domingos Miranda da sua dinamização e coordenação”³⁰.

Novamente queixumes à cerca do estado de degradação do telhado da igreja. A 19 de junho de 1985, foi “deliberado pedir orçamento com vista à sua substituição e ainda mandar reparar as escadas de acesso ao coro”. No ano seguinte, a 25 de junho, acerca do mesmo assunto da “reparação da igreja da Misericórdia”, analisado o orçamento foi constatada “urgente necessidade” de proceder a vários trabalhos: demolição do telhado e transporte de entulhos para vazadouro; cobertura em telha tipo “campos” assente sobre estrutura de madeira de pinho, imunizado incluindo assentamento de cumes; beiral antigo português assente em massa de cal e areia; picagem geral das massas da parede exterior lateral e seus entulhos retirados para vazadouro; rebocar e arear a mesma; limpeza de cantarias à vista interiores e exteriores; picar rebocos no teto da igreja; rebocar e estanhar a mesma área incluindo refechamento de todas as brechas existentes no teto; reparação das portas da Igreja e catavento; pintura de todas as paredes interiores incluindo o teto a tinta plástica lisa; pintura a tinta de areia a parede lateral exterior; picagem de rebocos e colocação de azulejo até 1,20 de altura no interior da igreja; fazer escadas em madeira de mogno para subir para o coro; levantar a telha dos beirados e retirar as caleiras em chapa; fazer caleiras em tijolo revestidas a massa de cimento; revestimento das caldeiras em tela de alumínio. “Ponderado o assunto e atendendo à urgência que se verifica, foi deliberado aprovar o orçamento em causa e dar início aos trabalhos no mais curto espaço de tempo possível”³¹. Em 26 de novembro de 1986, encontravam-se devolutos os anexos que se destinavam a reuniões da Mesa Administrativa e Irmandade, habitação do sacristão e encarregado das instalações. Quanto às obras na igreja, confirma-se a existência de um novo telhado, de terem sido “efectuadas diversas obras de reparação e de restauro” a 29 de março de 1987 ³².

Os bancos da igreja encomendados pelo Cónego Nunes Formigão em 1935, necessitavam ser substituídos. Em 28 de dezembro de 1988, a Mesa Administrativa procedeu à “abertura e apreciação de algumas propostas para a construção de vinte bancos para a igreja da Misericórdia”, executados contra a importância de quinhentos e cinquenta

³⁰ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fl. 77v.

³¹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fls. 93-93v, 114v-115.

Note-se que relativamente às escadas de acesso ao coro, atualmente, não existem vestígios de ter existido qualquer estrutura, a partir do corpo da igreja, de acesso direto (só pela antiga Casa do Despacho).

³² ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fl. 124; Livro de atas da Assembleia Geral 1948-1994, fl. 72.

mil escudos, devendo o mesário Lázaro Veloso se responsabilizar pelo contacto e acerto do orçamento. A 15 de fevereiro de 1989, a aquisição de uma aparelhagem sonora teve finalmente aquisição concreta ³³.

Nos anos de 1990, colocou-se a obra de reparação de talha e douramento dos altares da igreja como uma premência. A 7 de março, deliberou-se entregar aos entalhadores de Braga esta intervenção de restauro: “reparação de talha e douramento a ouro fino”; a 28 desse mesmo mês, registou-se que em face de uma proposta-orçamento apresentada por Paulo Manuel da Silva Gonçalves, “de Merelim São Paio – Braga, para segurar o altar-mor, reparação de talha existente e que esteja em mau estado de conservação, fazer outra igual onde necessário e adaptar o sacrário ao altar-mor, foi deliberado concordar com a referida proposta”; aceite o orçamento referente ao douramento dos altares, a 23 de maio, por um milhão setecentos e cinquenta mil escudos, referindo-se a proposta ao emprego de “ouro fino de 23 kt”, devendo ser entregues para início dos trabalhos setecentos e cinquenta mil escudos; a 27 de junho, decide-se contactar o empreiteiro “no sentido de executar todas as obras de construção civil a levar a cabo”; a 4 de julho, o encerramento do espaço da igreja para o culto é determinado para os meses de julho e agosto seguintes “por motivo de obras”; na reunião de 21 de agosto, regista a Mesa Administrativa conhecimento “do andamento das obras de restauro” da igreja da Misericórdia, apresentando igualmente o Provedor “diversos mostruários para a escolha de azulejos a colocar no corpo da igreja”, tendo a anuência de todos os mesários tanto os “trabalhos realizados” como os “a realizar”, procedeu-se “à escolha dos azulejos e resolvido mandar colocar lambrim de madeira de castanho na capela-mor”³⁴.

Ainda neste ano de 1990, a 12 de dezembro, foi tomada decisão de que o catavento antigo da igreja da Misericórdia (que havia sido orçamentada reparação a 25 de junho de 1985) em virtude de “se encontrar em péssimo estado” optou-se pela sua não recolocação na igreja, antes oferecê-lo à Paróquia dos Santos Mártires ³⁵.

Também por esta altura a sacristia teve aquisição de novo mobiliário pelo valor de oitocentos e quarenta e oito mil escudos, a 14 de março de 1991. E, no dia 18 subsequente, nova informação sobre uma via-sacra “com caixilhos dourados” “estilo barroco”, encomendada em Braga à firma J. Vieira da Fonseca, por trezentos e sessenta

³³ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fls. 169, 172.

³⁴ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fls. 195v, 196v, 199v, 200, 200v, 201v-202.

³⁵ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fl. 209.

mil escudos. Nesta data, discute-se a orçamentação do restauro e douramento dos dois altares laterais da igreja, decidindo-se pedir os orçamentos às empresas J. Vieira da Fonseca e Ilídio Cunha, ambas de Braga, e Maria Manuela Rocha, de Lisboa ³⁶.

Dificuldades financeiras, puro vandalismo serão algumas das motivações para arrombar as caixas de esmolas das igrejas. Os “petos” da igreja da Misericórdia não têm estado a salvo deste género de “incursões”, pelo que a 11 de julho de 1991, foi deliberado mandar embutir nas paredes da igreja duas caixas de esmolas “uma vez que se tem verificado que continuam a arrombar os existentes”³⁷.

Recordando a necessidade de novo encerramento da igreja privativa, a 18 de julho de 1991, “devido ao início dos trabalhos de restauro dos altares laterais não haverá celebração da Eucaristia durante o mês de Agosto”, devendo de tal decisão comunicar-se aos fiéis e às agências funerárias “para utilização da capela do Senhor dos Passos nos funerais, sendo a igreja só para a celebração da missa de corpo presente”; estando previsto o início dos trabalhos de restauro e douramento dos altares laterais para dia 5 de agosto, em sessão de Mesa de 25 de julho, decidiu-se por solicitar empréstimo de andaimes para apoio; a equipe de restauradores foi dando periodicamente informações do andamento dos trabalhos, e no final de setembro estavam em fase de conclusão (26 de setembro); o alojamento das técnicas de restauro foi facilitado em quartos do antigo Lar da Juventude “pelo período de 3 dias a partir de 4 de Outubro de 1991”. Nesta data de 3 de outubro, o mesário Dr. Belarmino Afonso informou os restantes membros da Mesa que “o restauro dos altares se encontrava concluído, pelo que no dia 6 do corrente, efectuará uma palestra pelas 21 horas, na Igreja da Misericórdia”, a qual teria um programa em dois momentos, o primeiro de explicação da intervenção realizada nos altares pelos técnicos, e o segundo de “referência artística e histórica ao retábulo e altares barrocos” da dita igreja ³⁸.

No mesmo ano, outro restauro. Os tocheiros foram alvo de um orçamento apresentado a 26 de novembro de 1991 pela firma Tácula Marcenaria e Restauro, Lda e autorizado a 5 de dezembro, para seis tocheiros “devendo efectuar-se no mais breve período de tempo possível”. Na assembleia geral desse mês, por dia 9, apresentada uma síntese do trabalho desenvolvido dessa vigência, entre alguns pontos constou o restauro

³⁶ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fls. 217, 221.

³⁷ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fl. 230.

³⁸ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fls. 230v, 231, 236, 237.

dos altares laterais, e no plano de atividades apresentado para o ano de 1992, foi incluída a “restauração da capela do Senhor dos Passos”³⁹.

Da autorização a 14 de março de 1991 à encomenda concretizada no mês de abril seguinte, e a 9 de janeiro subsequente, diversos meses e ainda sem nova via-sacra continuava a igreja da Misericórdia: “em virtude de até agora não termos recebido a via-sacra (...) deliberado solicitar novamente o seu envio ou informação sobre a data provável da sua entrega”. A 6 de fevereiro, quanto aos tocheiros foi lembrado que se remetesse à firma responsável quatro das peças para reparação, e devolução “logo que possível, pelo menos 15 dias antes da Páscoa, bem como dos outros 4 já enviados”⁴⁰.

Para as solenidades da Semana Santa de 1992, houve a iniciativa de mandar imprimir dois mil estampas com uma imagem do Senhor dos Passos, que deveriam ser distribuídas na igreja privativa. Na mesma data de 20 de fevereiro, novo reparo a uma via-sacra: “mandar reparar a via-sacra retirada da Igreja da Misericórdia e colocá-la na capela do Lar da 3ª Idade”, devendo o trabalho ser atribuído à responsabilidade do carpinteiro da Instituição⁴¹. No mês seguinte, por dia 12, salientou-se a atenção que se tentava dar ao espaço da igreja solicitando a todos que contribuíssem nesse sentido, pelo que algumas chamadas de atenção se apresentavam pertinentes:

“oficiar as agências funerárias de que a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia tem feito um esforço enorme para que o espaço litúrgico seja digno. As últimas obras (bancada, lambrim de azulejo, restauro e douramento dos altares, passadeira, etc.) comprovam o nosso interesse para que a Igreja da Misericórdia seja digna d’aquela a quem prestamos culto. (...) a passadeira ficou marcada com manchas de cera, resultando do pouco cuidado de quem coloca e levanta os tocheiros. Porque as carpetes não cobrem o local onde costuma colocar-se a caldeirinha da água benta (aos pés do defunto), espaço que sofre maior conspurcação, pedimos o obséquio que seja coberta também com uma carpete mais pequena”⁴².

³⁹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fl. 247; SCMBGC – Livro de atas da Assembleia Geral, fls. 82-82v.

⁴⁰ SCMBGC – Livro de atas 1992-1993, fls. 3v, 8-8v. Não sendo seis, mas oito os tocheiros a restaurar.

⁴¹ SCMBGC – Livro de atas 1992-1993, fls. 11-11v.

O funcionamento da capela dos Lares da 3ª Idade, encontrando-se englobado nos cuidados sempre presentes da Mesa Administrativa, determinou-se a 16 de abril de 2007, que perante a “necessidade urgente de se proceder às alterações convenientes”, se efetuasse uma reunião com o Capelão e a *assistente do culto* responsável à data (in Livro de atas 2007-2008, fl. 9).

⁴² SCMBGC – Livro de atas 1992-1993, fl. 18.

A 2 de abril de 1992, havia sido entregue um pedido de um inquilino de dependências localizadas nas traseiras do edifício da igreja, solicitando a “instalação de um motor de ar condicionado junto das garrafas de gás, situadas no pátio interior da Igreja”, um pedido que terá levantado dúvidas ao nível da segurança do espaço. (Livro de atas 1992-1993, fls. 24-24v)

Mas o trabalho de intervenção ao nível dos altares não havia ficado totalmente completo, pois a 1 de outubro deste ano de 1992, após ser solicitado um pagamento ainda em falta correspondente a cem mil escudos, por parte do restaurador Artur Gonçalves Ferreira, quem havia efetuado “parte das obras de restauro dos altares da Igreja da Misericórdia”, devendo ser feita a informação de que não se encontrando o serviço encomendado completamente concluído, deveria o restaurador, entrar em contacto com o Provedor ou o mesário Dr. Belarmino “a fim de receber as instruções necessárias para a execução dos trabalhos em falta”. Ao mesmo restaurador terá sido solicitado, no final do mesmo ano, um orçamento “para a execução de uma cobertura em madeira para o sacrário da Igreja”, ficando Dr. Belarmino como responsável desta iniciativa⁴³.

No final deste ano económico de 1992, do balanço retrospectivo estruturado pela Mesa Administrativa, a 3 de dezembro, salientavam-se diversos pontos, entre os quais o “douramento do altar mor da igreja, implantação do altar da celebração, o ambão e o lugar do sacrário, conjunto em granito”; num momento de obras estruturais também para o edifício do antigo hospital, com a sua demolição apenas com o “aproveitamento parcial da fachada principal, e de uma parede lateral”, não pretendia a Mesa deixar de incrementar “a prática das obras de Misericórdia”, tecendo-se quanto ao trabalho desenvolvido no espaço da igreja felicitações aos mesários Dra. Maria Augusta Genésio e Lázaro Francisco Veloso⁴⁴.

Incluída para o ano de 1992, a *restauração* da capela do Senhor dos Passos, vieram a ser solicitados orçamentos, por deliberação de 29 de abril de 1993, para “substituição do chão da capela (...) por chão de granito rústico da região”; mais de dois anos volvidos, mencionava-se que “na continuidade do trabalho desenvolvido pretende-se levar a efeito algumas ações” entre as quais se salientava, a 5 de dezembro, o arranjo da capela do Senhor dos Passos, sendo o seu custo previsto de cinco mil *contos*⁴⁵.

Em 1999, para os preparativos da Semana Santa e trajetos processionais, haviam sido adquiridos vinte e cinco archotes a 18 de fevereiro, sendo mais cinquenta tidos como necessários. Mas a igreja por estes anos noventa, foi alvo de grande cuidado. Agora, o púlpito “em madeira de pau santo” teve orçamento feito pelo entalhador bracarense Luís Rodrigues da Silva, com adjudicação do dito restauro a 14 de maio – mas, em 21 de

⁴³ SCMBGC – Livro de atas 1992-1993, fls. 61v, 85v-86.

⁴⁴ SCMBGC – Livro de atas 1992-1993, fls. 84v-85v.

⁴⁵ SCMBGC – Livro de atas 1992-1993, fl. 144; Livro de atas da Assembleia Geral 1995-2007, fl. 5v.

outubro, o “serviço de restauro” não se encontrava ainda efetuado – embora nesta sessão da Mesa Administrativa se dê conhecimento da conclusão das obras do telhado da igreja e da necessidade de “limpezas diversas” no mesmo espaço, devendo a Vice-Provedora Dra. Maria Augusta Genésio encarregar-se desses trabalhos especializados. Outra questão que foi levantada a 8 de março de 2000, respeitava a segurança dos edifícios da igreja, anexos e envolventes pelo que a instalação de equipamentos adequados foram considerados fundamentais. No inverno de 2003, logo a 16 de janeiro, foi deliberado adquirir um sistema de aquecimento para a igreja, capela do Senhor dos Passos e sacristia, este encontrava-se instalado dois meses mais tarde. Os melhoramentos implicaram um reequacionar das despesas de manutenção, sendo que foi deliberado um aumento do valor da taxa de depósito de defuntos ⁴⁶.

Em vigência o Compromisso datado de 1981, instituía no seu capítulo III, artigo 13º, alínea h) “Exéquias anuais, no mês de Novembro, por alma de todos os irmãos e benfeitores falecidos”. A 30 de outubro de 2002, um aviso da Mesa Administrativa convidava toda a Irmandade, utentes e trabalhadores “a tomarem parte nas orações de vésperas e missas a levar a efeito na capela dos Lares da 3ª Idade, pelas 17 horas, por alma dos benfeitores e dos irmãos falecidos, conforme se indica”, por quinta feira dia 14 de novembro, “missa cantada e ofício por Pe. Camilo Fontoura”, sexta feira dia 15 “missa cantada e ofício por Francisco Ferreira Alves”, sábado dia 16 “missa cantada e ofício pelos benfeitores da Santa Casa da Misericórdia e todos os Irmãos falecidos”, observando-se que nos sufrágios participariam quatro sacerdotes ⁴⁷.

Tradicionalmente, houve missa dominical celebrada ao meio dia na igreja da Misericórdia⁴⁸. Em 2003, a missa dominical permanecia ainda celebrada pelas doze horas, e a 6 de novembro, registava-se autorização de a partir de dia 10 desse mês “passarão a ser celebradas missas diárias na igreja da Misericórdia às 9 horas 30 minutos” ⁴⁹.

⁴⁶ SCMBGC – Livro de atas 1998-2000, fls. 20, 34, 72, 86v; Livro de atas 2001-2003, fls. 67 e 75.

A 13 de março de 2003, foi fixada “a taxa de depósito de defuntos na Igreja/capela foi fixada em 37,41€, a partir de 1.10.97. Assim, foi deliberado estabelecer a partir de 1-4-03 a taxa de 50€, devendo efectuar-se o respectivo aviso” (Livro de atas 2001-2003, fl. 75).

⁴⁷ Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, 1981, p. 13; Livro de atas 2001-2003, fl. 57v.

⁴⁸ Novo Compromisso... de 1877, capítulo VI, artigo 61º “São obrigatórias as seguintes festividades, suffragios e encargos religiosos”, nº 2 – “A missa das doze horas em todos os domingos e dias santificados” (p. 27); Compromisso da Irmandade... de 1981, capítulo III, artigo 13º “A Igreja e capela da Misericórdia são destinadas ao exercício do culto e nelas se realizarão, sempre que possível, os seguintes actos:”, alínea a) “A Missa da Irmandade em todos os domingos e dias santificados” (p. 12).

⁴⁹ SCMBGC – Livro de atas 2003-2005, fl. 6v.

As reparações no edifício da igreja e seus anexos não cessaram. No final de 2004, pela atenção e cuidados da mesária Dra. Maria Augusta Genésio enumerava-se uma relação de seis tarefas que necessitavam de premente concretização, a 18 de novembro: carregar os extintores; reparar as duas portas da entrada; “mandar fazer porta nova para aonde vai a casa mortuária”; “eliminar a água que vem pelas paredes do Lar da Juventude”; “acabar de tirar tacos da Casa Mortuária e por tijoleira”; “pintar sacristia e Casa Mortuária de branco”. E, no início do ano seguinte, a 6 de janeiro, o funcionamento da igreja teve algumas atenções quanto ao auxílio nas celebrações, nos funerais e quem seriam os responsáveis de coadjuvar nestes encargos ⁵⁰.

Igreja da Misericórdia – Foi deliberado efectuar as seguintes alterações quanto ao funcionamento da Igreja:

1ª Missas de Segunda a Sábado e de Domingo

As missas de Segunda a Sábado são auxiliadas pelo Encarregado da Igreja e sacristia Sr. Lázaro Veloso. As missas de Domingo são auxiliadas pelo Sr. Lázaro Veloso e Sr. Fernando Alves. (caso um esteja impossibilitado deverá comunicar ao outro)

2ª Funerais

Os funerais são auxiliados pelo Sr. Lázaro Veloso e pelo Sr. Fernando Alves, semana sim, semana não, de domingo a domingo.

1ª e 3ª semana – Sr. Lázaro Veloso

2ª e 4ª semana – Sr. Fernando Alves

3ª Missa Matinal

Enquanto houver missa de manhã a abertura da Igreja é feita pelo Sr. Lázaro Veloso. O fecho da Igreja será efectuado por quem estiver de serviço.

4ª Fecho da Igreja

O fecho da Igreja quando não houver funerais deve ser feito às 16 horas. No dia de funerais é no horário que está estabelecido.

5ª Responsável pela Igreja

O responsável pela Igreja deve ser encarregado da Igreja e sacristia – Sr. Lázaro Veloso, que apresentará as contas na secretaria e tratará de tudo relacionado com o serviço da Igreja.

6ª Impossibilidade de prestação de serviço

No caso de um estar impossibilitado de fazer o trabalho que lhe está destinado, deve comunicar ao outro para assumir o serviço. (Livro de atas 2003-2005, fls. 66-66v)

⁵⁰ SCMBGC – Livro de atas 2003-2005, fls. 62, 66-66v.

A 24 de fevereiro de 2005, certamente com as preocupações de climatização do corpo da igreja e casa mortuária, no inverno rigoroso brigantino, acabou por se colocar a hipótese de resguardar os espaços de entrada, colocando um catavento em vidro na porta principal da igreja, para além de substituir todas as portas (igreja e capela), por outras “idênticas às existentes” – orçamentos vários foram analisados para ambas as alterações, volvidas algumas semanas⁵¹. O catavento acabou, por motivos práticos de acesso, por se destinar à capela do Senhor dos Passos.

As possibilidades financeiras para fazer face a empreitadas de vulto, não sendo fáceis de angariar, obrigaram à organização de processos de candidatura que em vários momentos foram sendo estruturados. A 17 de março de 2005, a premência das alterações mencionadas, acrescentando a estas obras na sacristia, tiveram uma candidatura equacionada. Dois anos depois, “mais uma vez abordada a questão das obras a levar a efeito na igreja da Misericórdia”⁵².

A desatualização da inventariação dos bens de arte sacra da igreja, teve atenção a 18 de junho de 2007, devendo o mesário Pe. Delfim Gomes coordenar essa atualização. Mas essa listagem não terá sido concretizada, pois cinco meses mais tarde, solicitava-se *Inventário do Património de Bens Móveis da Igreja da Misericórdia* no seguimento de uma circular da União das Misericórdias Portuguesas, sendo desta vez a responsável pela coordenação da tarefa Dra. Maria Augusta Genésio⁵³.

O intercâmbio interinstitucional no âmbito patrimonial é salutar e bastante desejável, pois permite um conhecimento mais alargado do património de todas as instituições. A 19 de novembro deste ano de 1992, foi autorizado o empréstimo de duas imagens – Nossa Senhora das Dores, proveniente da igreja do antigo convento de Santa Clara da cidade, e Santa Isabel – com a intenção de integrarem uma exposição no Arquivo Distrital de Vila Real, a qual decorreria entre quinze de novembro e dez de janeiro de 1993, nesse espaço. Vinte anos mais tarde, o novo espaço museológico situado em Macedo de Cavaleiros, solicitou um pedido de empréstimo para o Museu de Arte Sacra

⁵¹ SCMBGC – Livro de atas 2003-2005, fls. 71v-72, 73.

⁵² SCMBGC – Livro de atas 2003-2005, fl. 74; Livro de atas 2005-2007, fl. 4; Livro de atas 2007-2008, fl. 12v. A 30 de julho de 2007, indeferimento de candidatura às obras “de conservação e restauro” da igreja pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, de 17 de julho (in Livro de atas 2007-2008, fl. 23). Dois anos depois, a 23 de março, nova candidatura sem efeito perante a insuficiência “de disponibilidades orçamentais [da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte]. Após análise e discussão, foi deliberado apresentar nova candidatura, dada a urgência da execução destes trabalhos” (in Livro de atas 2008-2012, fl. 14v).

⁵³ SCMBGC – Livro de atas 2007-2008, fls. 18v, 48v.

da imagem de S. Pedro “a fim de estar patente numa exposição a realizar” entre 18 de maio e 16 de setembro de 2012⁵⁴.

3.1. Capelães, sacristães e outros zeladores

Na inexistência (já mencionada) de um Compromisso do século XVI, cremos ter seguido a Irmandade de Bragança o Compromisso de Lisboa de 1516, que relativamente aos capelães tecia os seguintes considerandos no seu capítulo XIV:

“Dos capellães y cousas outras que ha daver na confraria.

Avera na dita cõfraria huõ capellam letrado: homem de bõa vida y spiritual em seus costumes: que diga missa cantada e pregue todas as quartas feiras. E os dias de nossa senhora dira a dita missa cantada sem preeguar. (...) E avera mais dous capellaães obrigados pera ofiçarem as missas cantadas, y pera hyrem aos enterramentos dos que ouverem de seer enterrados polla dita confraria, pera hyrem com os justiçados (...). E avera huõ pendã que tenha dambas as partes a ymagem de nossa senhora da misericordia pintada, que estará em hũa astea grãde cõ hũa cruz de pao emçima: pera ir diante da misericordia em todos os autos quando for ordenado. E avera hũa campã manual pera chamamento da gente: sem a qual nunca a dita confraria sayra”⁵⁵.

Expandindo o assunto o texto de 1618 (igualmente nova remissão ao documento lisboeta), subentende-se uma maior preocupação na nomeação dos seus capelães, “Para que a casa da Misericordia tenha mais authoridade, & Deos seja nella louvado como convem averà na casa Capellaens que celebrem os officios divinos, segundo o costume da Igreja Romana cõ a maior decencia que for possível”⁵⁶, tanto no referente às suas *particularidades* pessoais como ao nível da sua formação eclesiástica, mencionando o capítulo XXVI quatro qualidades obrigatórias:

“Dos Capellaens.

(...) Os Capellaens que ouverem de servir na casa hão de ter quatro qualidades. A primeira he, serem Christãos velhosde todas as partes, & nesta particularidade não poderá aver dispensação, ainda que a pessoa por outra via tenha partes extraordinarias. A segunda he serem pessoas de virtude, sciencia, & reputação, por onde nunca poderão ser admetidos, recebidos, nem conservados, clérigos de menos credito, & reputação do que convem à authoridade, & paz da casa. A terceira, serem de idade perfeita, por onde nenhum clérigo será recebido antes de ter trinta annos de idade acabados, salvo se as mais partes forem tão extraordinarias, que seja em detrimento do bem da casa ficar defraudada de seu serviço, & ainda então se terá particular tento em sua madureza supprir o defeito da idade.

⁵⁴ SCMBGC – Livro de atas 1992-1993, fl. 77; Ata nº 10/2012 (documento avulso), s/n.

⁵⁵ Compromisso da Misericordia de Lisboa (1516). Lisboa: Impressores Valentim Fernandez e Harmam de Campos, 1516, fls. X-XI.

⁵⁶ Compromisso da Misericordia de Lisboa (1618). Lisboa: Impressor Pedro Craesbeeck, 1619, fl. 24.

A quarta he serem bons cantores, & destros em canto de órgão, & sem esta condição nenhum clérigo será recebido”⁵⁷.

Já os documentos brigantinos oitocentistas, embora mais parcos em palavras, não deixavam de frisar que o capelão da Santa Casa “será um Presbítero, proposto pelo Provedor e aprovado pelo Ordinário, de merecimentos e reconhecida virtude: em igualdade de circunstâncias preferirá o Eclesiástico que fôr Irmão” e o sacristão “pessoa fiel, humilde, virtuosa e decente” (capítulo XII, artigo 45º e capítulo XIV, artigo 49º do Compromisso de 1856); reforçando os estatutos de 1877 que deveria haver na Confraria um capelão-mor, outro menor, um sacristão, um servente, entre outros empregados, são aconselhadas as qualidades para os capelães: “devem ser presbyteros de reconhecida sciencia, virtude e capacidade, que não sejam devedores à Confraria”, o sacristão aconselha-se que seja “um clérigo minorista, tonsurado ou simplesmente licenseado, que não terá menos de quatorze annos d’idade, virtuoso, humilde e decente”; e o servente que “deverá ser um individuo estranho à Confraria” podendo ser Irmão da Confraria do Senhor dos Passos, “humilde e de bons costumes” e maior de dezoito annos (capítulo V, artigos 41º, 42º, 47º e 50º, respetivamente)⁵⁸.

O comportamento dos capelães devia corresponder a estas obrigações pelo que as admoestações ocorriam e eram registadas em livro competente. A 31 de março de 1811, o escrivão Vivente Nunes Cardoso presidiu à Mesa Administrativa na ausência do provedor *Brigadeiro* Manuel Leite Pereira, sendo por este proposto que perante o “indecente comportamento” do capelão-mor Padre Francisco José Pereira que mesmo depois de advertido pela Mesa “continuou em seus vícios públicos, e desordens pelas

⁵⁷ Compromisso da Misericordia de Lisboa (1618), fls. 24-24v.

“Os Capellaens não serão recebidos sem serem examinados em canto, & mais cousas necessárias ao culto divino pellos mestres de Capella, & das ceremonias, & depois de recebidos correrão com as obrigaçoens do coro, Missas, & acompanhamentos, na forma que em varias partes deste Compromisso se vai apontando, & faltando serão multados na cantidade declarada em seu regimento. (...) Para que as cousas do culto divino, & mais serviço da casa corraõ com a perfeição desejada, averà hum Capellão que sirva de Presidente, & cabeça dos mais; este quanto for possivel será homem de authoridade, prudencia letras, virtude, & taes partes que obrigue aos outros a lhe terem subordinação (...). Averà hum Capellão que faça o officio de mestre da Capella: este será destro no canto, & de tal sciencia nas materias pertencentes à musica, que se possa fiar delle o governo da estante, & a ordem das cousas que se ouverem de cantar. (...) Dos mais Capellaens que ficarem se escolherà hum pera Thesoureiro, & este será eleito pella mesa todos os annos no mez de Mayo (...). A conta do Thesoureiro ficarão todos os ornamentos, Calices, Missaes, & mais cousas pertencentes à Capella, que se lhe entregarão por inventario. (...) Averà outro Capellão, que sirva de Mestre de ceremonias, & terá cuidado de saber todas aquellas que se costumão na Igreja, conforme ao Ceremonial Romano (...). Averà outro Capellão que sirva de Prioste, & este tambem será elleito pella mesa todos os annos no mez de Mayo com o Thesoureiro (...)” (in Compromisso de Lisboa de 1618, fls. 24v-25v).

⁵⁸ Compromisso da Santa Casa da Misericórdia 1856; Novo Compromisso de 1877, pp. 21-24. Transcrições in Castro, J. (1948). A Santa e Real Casa ..., pp. 330, 331, 349-351.

quaes tinha sido mais de hua vez prezo, e ultimamente se acha no Aljube”, acrescentando que “não era de esperar emenda, e devia esta ocupação ser desempenhada por quem de sua edificação e não por quem escandalizase se julgou que o mesmo devia ser despedido do dito cargo” deliberaram nesse sentido os vogais presentes e elegendo para as ditas funções de capelão-mor o Padre *Caetano Manoel Martins*⁵⁹.

As ausências das obrigações religiosas assumidas eram penalizadas severamente até com a demissão. Uma ocorrência em 1843, fez a Mesa deliberar por acórdão de 1 de outubro, no sentido da substituição do capelão “primeiro” da Santa Casa:

“(…) vista a impossibilidade de poder continuar no exercício das funções de capelão primeiro o Pe. Manoel Moutezinho, e mesmo p. s’auzentar desta cidade sem previa licença da Meza, sofrendo por isso esta Irmandade grave prejuízo por não dizer as Missas a que era obrigado; houve por bem demiti-lo do dito cargo, e prover em seu lugar o Pe. Caetano dos Reis, por concorrerem nelle os requisitos necessários, arbitrando-lhe o vencimento do costume”⁶⁰.

A 5 de dezembro de 1910, havia sido nomeado “capelão interino da Igreja d’esta Confraria o prebendado Antonio José Fernandes”⁶¹.

Nova ausência sem autorização, em 1911 sob a presidência da Comissão Administrativa do Dr. António Manuel Santiago quem, a 30 de setembro, deu conhecimento “do abandono do lugar de capelão da igreja desta Santa Casa, que interinamente exercido por Pe. Albino Frederico, desta cidade e por isso propunha que elle fosse substituído também interinamente por Padre José Cardoso Figueira, desta cidade”, o que a Comissão aprovou por unanimidade. Mas dois meses depois, o Padre José Figueira solicitava exoneração “na qualidade de capelão interino da igreja desta Santa Casa e por isso propunha para o substituir o Padre Abel Pires, morador nesta cidade”, substituição aprovada igualmente por unanimidade. Mas a 18 de setembro de 1912, também o Padre Abel Pires acaba por ser exonerado “visto não poder, como tanto desejava, augmentar-lhe o vencimento”; nesta data foi nomeado interinamente o Padre Albano Falcão⁶².

A 27 de outubro de 1912, perante algumas propostas de alteração da redação do Compromisso vigente, encontrava-se incluído o texto do artigo 42º que acima se cita, para

⁵⁹ ADBG/MIS/SCMBGC – Mç. 74, Lv. 245, fl. 222.

⁶⁰ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1832-1864, fl. 35.

⁶¹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de correspondência 1894-1923, fl. 123.

⁶² ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1907-1919, fls. 50v, 51v; Livro de correspondência 1894-1923, fl. 136.

ser acrescentada a menção de que o capelão seja cidadão português “de nascimento, tenha feito os seus estudos e ordenação em Portugal, não tenha posteriormente a um de Junho de mil novecentos e onse, ido graduar-se em qualquer universidade pontifícia, nem tenha incorrido na perda dos benefícios materiaes do Estado”, bem como residir na cidade de Bragança, não se poder ausentar sem prévia licença da Mesa Administrativa “e sem deixar um presbytero nas condições indicadas n’este artigo, para o substituir durante a sua ausência”⁶³.

Em 1917 a capelania da Santa Casa continuava com o Padre Albano de Jesus Falcão. A 23 de fevereiro havia pedido a sua exoneração e “achava conveniente que se abrisse concurso para o referido lugar” agora vago, cuja sugestão que teve anuência da Mesa Administrativa e foi nomeado interinamente para o cargo o Reverendo Padre Manuel de Jesus Machado⁶⁴.

A estabilidade da capelania da Santa Casa nem sempre foi uma constante, pois a atribuição de outras funções eclesiásticas nem sempre facilitara, sendo mesmo impeditiva. A 9 de agosto de 1934, por se ter ausentado da cidade “definitivamente” o Reverendo Padre Félix Rodrigues Lopes, acordando a Comissão Administrativa como seu substituto o Reverendo Padre Alexandrino José Leituga “sacerdote de elevados predicados morais e de competencia profissional modelar”⁶⁵. Mas em finais de 1934, assumia o cargo o recém-chegado a Bragança Cónego Manuel Nunes Formigão, professor no Seminário de São José, quem em fevereiro de 1935 começou a celebrar diariamente na igreja, promovendo um centro de piedade, coadjuvado pela pia União das Filhas de Maria e pela Juventude Católica Feminina.

“Em dezembro de 1937, renunciou à capelania da Missa de Domingo e Dias Santos, em favor de um colega mais novo, a fim de que o hospital pudesse ter capelão privativo e os doentes pudessem ser mais bem assistidos, mas continuou a celebrar todos os dias na mesma igreja e a manter o respectivo centro de piedade, embora sem nenhuma remuneração”⁶⁶.

⁶³ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1907-1919, fls. 75-79; cx. 9, mç. s/n (documento avulso). Cfr. Capítulo I – Compromisso (transcrição do documento na íntegra).

⁶⁴ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1907-1919, fl. 122.

⁶⁵ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1933-1942, fl. 26.

⁶⁶ Leirien-Fatimen (2013). *Beatificationis et canonizationis servi dei Emmanuelis Nunes Formigão*. Roma: Nova Ress.r.l., p. 425.

A 1 de novembro de 1936, o Reverendo Cónego Manuel Formigão secretariou juntamente com o *Comandante militar* António José Teixeira o auto de posse da nova Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, cujo presidente foi Capitão José Luís da Cruz. In Livro de atas 1933-1942, fls. 72-72v.

Em reunião de 7 de abril de 1938, acordava-se que era “necessário para regularidade do culto católico a nomeação de um capelão para esta Misericórdia”, pelo que foi resolvido nomear o Reverendo Doutor Armando Manuel Ferreira, “capelão desta Misericórdia desde 15 de Janeiro (...) diplomado em Teologia pela Universidade Gregoriana (...) reconhecendo-se ser de grande proveito espiritual que haja um capelão na Santa Casa da Misericórdia”, reforçava o ofício do Vigário Capitular Cónego Manuel António da Ressurreição Fernandes. Contudo, a 5 de julho de 1939, havia o capelão entregue um ofício em que “apresentava os seus cumprimentos e dizia que em virtude de ter sido colocado na freguesia de Santa Maria como pároco não podia estar à frente da Capelania da Santa Casa”, sendo nomeado provisoriamente o Cónego Manuel Joaquim Cardoso ⁶⁷.

Terminada a Comissão Administrativa presidida pelo Capitão José Luís da Cruz, foi exarado, a 22 de março de 1943, um voto de louvor a diversas entidades, entre as quais o Reverendo capelão Padre Dr. Manuel António Pires ⁶⁸.

Pelos pagamentos autorizados a 30 de junho de 1947, recebeu o Padre Adelino Ramos o seu vencimento de trezentos e cinquenta escudos referente a esse mesmo mês. E, a 25 de agosto seguinte, por carta comunicou o Reverendo Capelão que “em virtude de se ausentar para a cidade de Lourenço Marques, onde vai servir nas Missões Católicas Ultramarinas, a partir de 31 do corrente deixa de exercer o seu múnus nesta Santa Casa”, informando que provisoriamente a substituí-lo ficaria o Reverendo Pe. Francisco José dos Reis, com residência no Paço Episcopal; solicitando-se ao Senhor Bispo a indicação do “sacerdote que deve substituir definitivamente o referido capelão, nos termos e para os efeitos do § 4º do artigo 108º do Decreto-lei nº 35:108, de 7 de Novembro de 1945” ⁶⁹.

Novo capelão para a Santa Casa nomeado a 30 de agosto deste ano de 1947, pelo Bispo da Diocese em resposta ao solicitado pela Santa Casa da Misericórdia, designando para exercer as funções de capelão, o Reverendo Dr. António Augusto Almeida, professor do Seminário da cidade. A 1 de setembro, deliberou a Comissão Administrativa nomear

⁶⁷ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1933-1942, fls. 109v-110, 146v.

A 4 de fevereiro de 1939, mantinha-se como vogal do culto o Doutor Armando Ferreira. Em 27 de abril, entre as autorizações de pagamentos (autorização nº 171), consta cento e vinte e cinco escudos “ao capelão da Misericórdia por missas celebradas”. In Livro de atas 1933-1942, fls. 127v e 141.

⁶⁸ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1942-1949, fl. 12v.

⁶⁹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1947-1949, fls. 9, 20v-21.

o referido sacerdote “a partir desta data inclusive, e concede poderes ao Senhor Presidente para outorgar no respectivo contracto de prestação de serviços, e dar a respectiva posse”⁷⁰.

Contrato de prestação de serviços

Celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Bragança e o Reverendo Dr. Antonio Augusto de Almeida, residente em Bragança, para o lugar de Capelão desta Santa Casa:

No dia um de Setembro de mil novecentos e quarenta e sete, nesta cidade de Bragança e secretaria da Santa Casa da Misericórdia, onde se achavam presentes os Ex^{mos}. Senhores: Antonio Augusto Cordeiro, casado, oficial do exército na situação de reserva, na qualidade de presidente da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, e em representação desta, e Reverendo Dr. Antonio Augusto de Almeida, residentes ambos em Bragança, se lavrou o presente termo de contracto de prestação de serviços.

Pelo primeiro outorgante, representante da Santa Casa da Misericórdia, foi dito: - Que, de acordo com os poderes que lhe foram conferidos pela Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, a que preside, e neste momento representa, na sua reunião desta data, e nos termos da lei aplicável, em vigor, vem reduzir a escrito as condições em que a referida Santa Casa toma ao serviço como seu capelão o Reverendo Dr. Antonio Augusto de Almeida, de quarenta anos de idade, professor do Seminário de Bragança, e aqui residente, lugar para que foi nomeado na reunião atrás citada, condições que são as seguintes: Primeira – O nomeado (...) obriga-se a cumprir os deveres do seu cargo, estabelecidos ou a estabelecer pela Santa Casa e ser-lhe-ão aplicáveis as disposições que regulam para os funcionários dos serviços especiais das Camaras Municipais, na medida em que o possam ser, até à regulamentação dos serviços desta Instituição referentes ao seu culto; Segunda – O nomeado Reverendo (...) fica com direito aos vencimentos próprios do seu cargo, e fixados ou a fixar pela Santa Casa da Misericórdia, depois de superiormente aprovados, e que constam ou venham a constar do respectivo orçamento ordinário; Terceira – A Santa Casa da Misericórdia obriga-se a incluir anualmente no seu orçamento a verba necessária para pagamento dos vencimentos do nomeado; Quarta – A validade do presente contrato inicia-se na presente data, tem a duração de três anos, e considera-se tacitamente prorrogada por períodos de um ano, se não for denunciado com a antecedencia mínima de noventa dias; Quinta – A Santa Casa da Misericórdia de Bragança obriga-se, por sua vez, a respeitar os termos e clausulas do presente instrumento.

Pelo segundo outorgante, Reverendo Dr. Antonio Augusto de Almeida, foi dito: – Que aceita as condições e clausulas do presente contrato (...). (Livro de atas 1947-1949, fls. 28-28v)

O *capelão dos serviços religiosos* Pe. António Augusto de Almeida, a 21 de junho de 1948, teve uma sua carta dirigida à Comissão analisada, onde registava “que o serviço religioso a seu cargo aumentára consideravelmente, o qual prende e ocupa integralmente um Padre”, motivo pelo qual solicitava ponderação e pronúncia sobre o assunto ⁷¹.

O vencimento auferido pelo capelão havia já sido motivo de pedidos de exoneração. Remetido este e outros aspetos de pendor religioso à Cúria Episcopal a 3 de

⁷⁰ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1947-1949, fls. 24v-25.

⁷¹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1947-1949, fl. 79v.

novembro de 1950, por ofício resposta de 22 de fevereiro do ano seguinte, assinado pelo Chanceler da Cúria Reverendo Dr. Artur Fernando Reino, no qual se abordava a “necessidade e conveniência de, no caso de se desejar conservar a missa do meio dia, na Igreja desta Irmandade, se promover a nomeação de um capelão auxiliar que ficaria com o encargo de celebrar a referida Missa”, com a remuneração de cinquenta escudos por cada missa dominical “celebrada pelas intenções da Santa Casa”, e ainda a indicação de aumentar o vencimento de trezentos e cinquenta escudos para quatrocentos escudos:

“A Mesa verifica que a satisfação do solicitado no ofício atrás referido, datado de 3 de Novembro do ano findo, representa um aumento da despesa orçamental fixa de 360\$00 (trezentos escudos) mensais, com o respectivo suplemento de 20% concebido ao pessoal, incluindo o dos Serviços Religiosos.

E passando a discutir o assunto em causa, depois de ter tomado conhecimento da informação escrita exarada no ofício em referência pela Secretaria desta Santa Casa, em 4 de Novembro de 1950, e do despacho do Exmo. Presidente da Comissão Administrativa cessante, de cinco do mesmo mês, que explicam as razões porque não pôde ser ainda deferida a pretensão da Secretaria Episcopal; e verificando que essas mesmas razões subsistem ainda, pelo que não pode o assunto ser desde já solucionado, a-pesar da sua boa vontade, a Mesa resolve, por unanimidade que ele seja considerado na feitura do orçamento ordinário para o ano próximo, cumprindo-se para isso, na devida oportunidade, as formalidades legais, tomando-se nessa altura a deliberação definitiva”. (Ata de reunião de 2 de março de 1951)⁷²

Em outubro de 1953, por nomeação do Sr. Bispo da Diocese de Bragança-Miranda D. Abílio Vaz das Neves, assumiu o cargo de *capelão auxiliar* o Reverendo Pe. Alípio Cristiano de Freitas. Mas pouco tempo integrou o quadro de pessoal dos serviços religiosos da Santa Casa, pois a 30 de julho do ano seguinte, aceitava a Mesa o seu pedido de exoneração, nomeando para o mesmo lugar o Reverendo Dr. Eduardo José Gomes de Almeida, “confirmando assim o alvará do Bispo desta Diocese, e desta data”⁷³.

Pelo *Novo Compromisso* de 1877, ainda vigente em 1963, no seu artigo 47º do capítulo V, a nomeação do sacristão seria “feita pela meza sob proposta do Provedor”. A 16 de novembro o *Irmão* José Manuel Pires solicitou a sua nomeação para essa função “com efeito a partir de 1 do mês corrente”, subentendendo-se que já se encontrava em funções à data da reunião da Mesa Administrativa. Ao encerrar as contas de ano de 1965, deliberou-se a 18 de dezembro que “considerando os bons serviços prestados pelo sacristão” a gratificação de cento e sessenta escudos, tendo a Comissão presidida pelo Professor Alberto Eugénio Vaz Pires considerado “especial atenção para este facto a soma

⁷² ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1950-1953, fl. 61v.

⁷³ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1953-1956, fls. 10 e 45.

de trabalhos executados pelo aludido sacristão durante a Semana Santa”; e, a 2 de julho de 1966, nova gratificação com a importância de cento e cinquenta escudos “pelos serviços prestados durante a semana santa, período de tempo em que aquele sacristão foi obrigado a labor muito maior que o normal”⁷⁴.

A 4 de setembro de 1969 perante a ocorrência do falecimento do Reverendo Doutor Artur Fernando Reino, quem “durante quinze anos exerceu com devoção excepcional o cargo de capelão desta” Santa Casa. A Comissão Administrativa deliberou por unanimidade o registo de “um voto de sentido e profundo pesar” de todos os membros e “de todos os Irmãos que não só acompanharam o corpo do falecido desde a Igreja da Santa Casa da Misericórdia, onde o corpo estava depositado, por determinação do falecido como também assistiram às Missas que se celebraram”. No início do mês seguinte, a 10 de outubro, o Presidente da Comissão Engenheiro Manuel Maria Sampaio havia-se avistado com o Bispo da Diocese D. Manuel de Jesus Pereira, no sentido de ser indicado o nome que sugeria “para ocupar o lugar de capelão” agora vago. Dias depois (29 de outubro), havia sido decidido que quem exerceria as funções de *capelão interino* da Santa Casa seria o Cónego Ângelo Melenas “com direito à respectiva remuneração até que Sua Excelência Reverendíssima nos indique o nome do novo capelão”. A 23 de dezembro ainda se mantinha a situação “provisória”:

“O Reverendo Senhor Conego Doutor Melenas tem vindo a desempenhar as funções do cargo de capelão efectivo desde o falecimento do Senhor Conego Doutor Reino, verificada em cinco de Setembro próximo passado, e continuará a desempenha-las enquanto não for nomeado novo capelão.

Sendo de elementar justiça pagar-lhe o trabalho realizado, a Comissão Administrativa resolveu que lhe seja paga a verba orçamentada e destinada ao capelão efectivo, durante o tempo que tenha a seu cargo as respectivas funções, confirmando-se assim a resolução já tomada em sessão de vinte e nove de Outubro próximo passado”⁷⁵.

No decurso destes acontecimentos, novo capelão seria nomeado no ano seguinte. Do documento da Secretaria Episcopal tomou a Mesa Administrativa conhecimento e

⁷⁴ Novo Compromisso... de 1877, p. 23; ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1960-1968, fls. 91, 142v e 156.

⁷⁵ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fls. 26v-27, 29, 31, 31v-32.

Em sessão da Mesa Administrativa de 30 de outubro de 1991, tomou esta conhecimento de uma carta do *Irmão* Cónego Ângelo Olímpio Melenas “presente uma carta do irmão referido, foi deliberado oficial-se informando que a Instituição terá muito gosto em continuar a conta-lo entre os seus membros, não obstante não poder ter parte mais activa na vida da Santa Casa, acontecendo mesmo, que por ter sido capelão auxiliar fica dispensado do pagamento de quotas” (in Livro de atas 1981-1991, fl. 240v).

sancionou, na data de 1 de abril de 1970, a nomeação do Padre Américo Pereira de Lima “efectuada por Sua Excelência Reverendíssima o Senhor Don Manuel Bispo de Bragança”⁷⁶.

“Secretaria Episcopal. Encontrando-se vago o lugar de Capelão ordinário da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, pelo falecimento do Rev^o Com. Dr. Artur Fernando Reino; Concorrendo no Rev^o P. Américo Pereira de Lima os predicados necessários para frutuamente ocupar tal cargo; Havemos por bem nomeá-lo Capelão ordinário da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, com todos os direitos e encargos tradicionalmente anexos a tal múnus. Leia substituído nas suas ausências pelo Rev^o Capelão auxiliar, como é da praxe. Bragança, 15 de Março de 1970.

(a) Manuel de Jesus Pereira (Livro de atas 1968-1981, fls. 45-45v)

Em finais de 1975, quase cumprido o seu primeiro mandato (1973-1975) o Provedor Cónego José Valdemar Pires considerava atravessar a Irmandade “um período de austeridade” e não se justificar a necessidade de dois capelães. Por deliberação de 5 de novembro, solicitou-se “ao Prelado que solucione esta assunto tendo em atenção que um dos capelães está actualmente impedido de cumprir as suas obrigações, por se encontrar à frente do Patronato”⁷⁷.

Aproximando-se mais uma Semana Santa, a 11 de março de 1977, foi aconselhada a constituição de uma “Comissão de zeladores responsáveis pelos altares da Igreja da Misericórdia”, sob a orientação das mesárias Maria Adelaide Natália Guerra e Maria Ernestina Silva⁷⁸.

Aplicação de sanções disciplinares ao sacristão foram consideradas, a 3 de outubro de 1978, devido a uma “comunicação de elementos da Mesa e da Mordomia” que este e sua esposa “tomaram atitudes desprestigosas para os mesmos”, avisando-se nesta data que uma repetição obrigaria a essa atitude. A 21 de fevereiro seguinte, deliberava a Mesa pela incumbência dos mesários Mário Pires Génésio e Norberto da Fonte de elaborarem um *Regulamento do serviço de sacristão*, para ser ratificado pelos corpos gerentes⁷⁹.

O sacristão residia nas dependências contíguas à igreja, pelo que a 7 de maio de 1980, foi considerado “oficiar ao sacristão no sentido de desocupar imediatamente os salões que abusivamente ocupou, contíguas à capela, mas os quais carecem de obras

⁷⁶ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fls. 45-45v.

⁷⁷ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fl. 176v.

⁷⁸ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fl. 203.

⁷⁹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fls. 224 e 232v. A exoneração, tanto do capelão como do sacristão, applicava-se em caso de “faltarem ao cumprimento dos seus deveres, e quando se tornarem incapazes do serviço ou indignos do seu ministério”. In Novo Compromisso... de 1877, p. 21.

urgentes”. Outra obras de intervenção nestes espaços foram ponderadas, sendo que a 5 de janeiro seguinte, encontrava-se aprovado um orçamento que englobava uma nova casa de banho “e outros arranjos (...) respeitantes à varanda, vidros e telhado, sendo este todo novo” e estas ditas obras já iniciadas ⁸⁰.

Em 1981, com o assumir da capelania da Santa Casa pelo Padre José Augusto Carneiro, recebia a 16 de setembro a gratificação de três mil escudos “por cada mês em que esteve ao serviço”. Anos volvidos, a 20 de dezembro de 1989, em carta datada do mesmo dia, comunicava que no ano seguinte não celebraria mais a missa dominical das doze horas na igreja da Misericórdia. Mas a tradição desta celebração dominical (e certamente o pedido de muitos fiéis!) levou a Mesa Administrativa a convidar, a 27 de março de 1991, o capelão “a rezar missa às 12 horas aos Domingos e dias santos mediante uma retribuição mensal” de vinte mil escudos. Neste mesmo verão, a 11 de julho, informava a Mesa que no mês de agosto estaria de férias e por tal “impossibilitado de exercer funções de capelão na igreja da Misericórdia” pelo que se solicitava encontrar um sacerdote substituto “dado haver inconveniente em fechar a igreja no mês de Agosto, tanto mais que ainda recentemente esteve encerrada. Só em última instância a igreja deverá encerrar, frisando que o eventual substituto será recomendado”⁸¹ – relembra-se aqui o encerramento da igreja devido ao restauro dos altares laterais.

Em finais de 2000, sendo capelão dos Lares da Terceira Idade Padre Álvaro Afonso, ocorreu ter se ausentado “delegando no Sr. Dr. Vale as funções de capelão” sem ter disso informado a entidade patronal. Nova “impossibilidade” terá sido a do capelão que lhe secundou, Padre José Augusto Carneiro quem a 20 de junho de 2001 se encontrava doente, sendo o mesário Lázaro Veloso encarregado “de procurar que outro sacerdote garanta a missa dominical no período da doença e convalescença. Em caso de impossibilidade poderá o serviço religioso dominical vir a ser temporariamente suspenso”; e em 8 de agosto de 2002, informava este mesmo capelão de não ser possível “rezar missa dominical na igreja da Misericórdia a partir de 17-08-02 até 8-09-02. Uma

⁸⁰ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fls. 272v, 297v.

Deliberou a Mesa Administrativa, nesta data de 5 de janeiro de 1981, entregar ao empreiteiro o valor correspondente aos 20% iniciais e aguardar pela conclusão da mesma (Livro de atas 1968-1981, fl. 297v).

⁸¹ SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fls. 10v, 191, 219v e 230.

A 21 de fevereiro de 1979, havia sido decidido relativamente ao vencimento do capelão que se efetuassem “os descontos devidos à Previdência” a partir de 1 de março seguinte (in Livro de atas 1968-1981, fl. 232v). Em 1991, por deliberação de 11 de abril, decidiu-se por atualizar a gratificação ao encarregado da igreja Sr. Manuel Pimparel passando a treze mil escudos mensais a partir desse mês de abril (in Livro de atas 1981-1991, fl. 220).

vez que não há possibilidade de ser substituído foi deliberado não celebrar a missa dominical no referido período, devendo efectuar o respectivo aviso”. O período de férias repetidamente causou algumas dificuldades para os encargos religiosos, pois no ano seguinte de 2003, a 26 de junho, tinha a Mesa comunicação similar, e que perante a impossibilidade de substituição “e à semelhança de anos anteriores, foi deliberado que durante o mês de Julho e a primeira semana de Agosto de 2003, não poderá ser celebrada a missa dominical na Igreja da Misericórdia, devendo efectuar-se o respectivo aviso”⁸².

Por estes anos um dos encarregados da igreja e sacristia foi Francisco Gonçalves, quem a 6 de novembro de 2003, comunica a sua impossibilidade de “continuar a desempenhar as funções” para além dessa data; deliberando a Mesa que a partir de 1 de dezembro subsequente assumisse nas mesmas condições Fernando Manuel Alves. No ano seguinte, a 15 de julho, apresenta também pedido de afastamento o encarregado da sacristia da igreja Guilhermino Silva Morais, que nesse mês deixaria “de exercer aquelas funções”, sendo necessário um substituto⁸³.

Neste ano de 2004, o dia 14 de julho havia sido instituído como *Dia da Instituição*, pelo que a toda a Irmandade foi remetido um convite com o respetivo programa. Entre os agraciados para além dos Irmãos com mais de cinquenta anos de matrícula e os trabalhadores com mais de trinta anos de serviço, foram distinguidos o médico Dr. Arnaldo João Rodrigues e o capelão da Igreja da Misericórdia Padre José Augusto Carneiro, e oferecidos uma medalha da Santa Casa, um pin, um livro e um diploma⁸⁴.

Continuando em funções como *capelão dos Lares* o Padre Álvaro Afonso, solicitou em 24 de novembro de 2005 um pagamento referente a acerto de valores por “missas rezadas durante o corrente ano, conforme relação apresentada”, o qual ficando autorizado seria concluído com a intermediação da mesária Dra. Maria Augusta Genésio⁸⁵.

O *encarregado da igreja* Lázaro Francisco Veloso solicitou, a 20 de outubro de 2008, exoneração de funções a partir de 1 de setembro transato, data em que tais funções foram asseguradas voluntariamente por um utente da instituição, juntamente com o encarregado da igreja e sacristia Fernando Alves, que auferia uma gratificação mensal. A

⁸² SCMBGC – Livro de atas 2000-2001, fls. 49 e 88; Livro de atas de 2001-2003, fls. 51 e 85.

⁸³ SCMBGC – Livro de atas 2003-2005, fls. 7 e 45v.

⁸⁴ SCMBGC – Livro de atas 2003-2005, fl. 41.

⁸⁵ SCMBGC – Livro de atas 2005-2007, fl. 17.

missa dominical ainda se celebrava nesta data, pelo que foi sugerida a organização de “um pequeno grupo para participar nas missas dominicais, de forma a dar uma nova dinâmica aos actos litúrgicos”⁸⁶.

Em 2011, a celebração dominical da Eucaristia na igreja da Misericórdia ainda se realizava. A 30 de maio, “após rescisão por motivos de saúde” do Cônego António Nogueira Afonso deixou esta missa de ter celebrante, pelo que assumiu a substituição Cônego Adérito Custódio⁸⁷.

Neste entremeio temporal, foi igualmente capelão da Santa Casa, o Padre Vítor Magalhães. Atualmente, exerce funções de capelania o Padre José Carlos Ambrósio Assunção Martins.

3.2. A capela mortuária

“Enterrar os mortos” – uma *Obra de Misericórdia* corporal que a Irmandade preserva. Pelo *Novo Compromisso* de 1877 ao ainda recente *Compromisso da Irmandade* de 1981, no subcapítulo *Dos enterros*, determinava-se que o escrivão devia nomear para este serviço “turnos trimensaes compostos de dose irmãos da Misericordia, não mesários, e d’outros dose irmãos do Senhor dos Passos, residentes n’esta cidade, procedendo esta nomeação com toda a igualdade”, podendo reclamar perante a Mesa, quando julgarem injusta a sua nomeação⁸⁸.

A sua igreja privativa tem desempenhado, na cidade de Bragança, a função de igreja mortuária. Sendo este um serviço que a Santa Casa presta à comunidade, este tem sido alvo de reajustes e atualizações, tal como as demais *respostas* da Instituição.

Em 1949, sendo *vogal dos serviços religiosos Alferes* Carlos Alberto Pereira Horta, foi proposto a 14 de fevereiro, que a taxa aplicável “por cada vez que a Irmandade seja solicitada a tomar parte em enterros”, fosse atualizada e de uma proposta inicial de cinquenta escudos, depois de refeitos os cálculos, acabou por ser fixada em trinta escudos, em reunião de 21 desse mês⁸⁹.

⁸⁶ SCMBGC – Livro de atas 2007-2008, fl. 96v.

⁸⁷ SCMBGC – Livro de atas 2008-2012, fl. 72.

⁸⁸ Novo Compromisso ... de 1877, p. 29. No Compromisso da Santa Casa ... de 1981 (p. 14) lê-se: “artigo 16º - O secretário nomeará para este serviço turnos trimestrais compostos de doze irmãos da Misericórdia, não mesários, residentes nesta cidade, procedendo nessa nomeação com toda a igualdade, e podendo os nomeados reclamar perante a mesa, quando julgarem injusta a sua nomeação”.

⁸⁹ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1947-1949, fls. 108v, 109.

A gratuidade do depósito de féretro na igreja da Misericórdia aplicável aos Irmãos, foi estendida a 11 de março de 1977, às pessoas falecidas no Lar de Terceira Idade da Santa Casa. No final dos anos setenta, o valor da taxa já nada se aproximava à proposta dos anos quarenta – a Mesa deliberou a 16 de maio de 1978, que o valor fosse alterado a partir de 1 de julho seguinte – o pagamento do depósito de setecentos e cinquenta escudos na igreja e de quinhentos e cinquenta escudos na Capela do Senhor dos Passos. No ano seguinte, a elaboração de um Regulamento para este serviço do necrotério foi deliberada, a 21 de março, determinando-se também que “todo o pagamento de funerais deve ser feito pelos interessados ou pela agência funerária, directamente na secretaria”; e a 24 de abril, acrescentou-se a não autorização do “depósito de cadáveres no corpo da Igreja da Misericórdia desde as 17 horas de sábado até às 14 horas de Domingo”, sendo “contudo autorizado o seu depósito durante aquele período, na capela do Senhor dos Passos”, devendo de tal deliberação terem conhecimento, por escrito, o sacristão e agências funerárias da cidade. E, para responder melhor e condignamente neste serviço, a 9 de outubro de 1980, foi aberto concurso para a obra da capela mortuária para resposta a um caderno de encargos que estava a ser estruturado ⁹⁰.

O solicitado Regulamento da Casa Mortuária foi apresentado ao provedor Cónego José Valdemar Pires e à Mesa Administrativa que, a 29 de abril de 1981, aprovou “o regulamento da utilização da nova casa mortuária”, o qual deveria ser afixado “em lugar bem visível, no interior” do referido espaço, e “considerando que se torna necessário emprestar certa dignidade ao ambiente”, considerou-se a aquisição de vinte cadeiras forradas a napa preta, com pés e encostos niquelados, para além de “seis cadeiras, com armação de madeira e com assentos de napa” ⁹¹.

Regulamento da Casa Mortuária da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

- “1. Destina-se a proporcionar um ambiente familiar e religioso à velada dos defuntos em Câmara ardente.
2. Foi construída pensando nos irmãos da Santa Casa da Misericórdia e nos pobres que não têm família nem casa em Bragança.
3. Está aberta também a todas as outras pessoas cujas famílias por ela optarem.
4. Possui duas essas para duas câmaras ardentes.

⁹⁰ ADBG/MIS/SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fls. 203, 219v, 238, 242 e 288v.

⁹¹ SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fls. 3v-4.

4.1 A montagem da câmara ardente é da responsabilidade dos familiares ou das agências funerárias.

4.2 As essas não podem ser deslocadas do lugar que lhes / (fl. 4) está assinalado.

4.3 As velas a usar devem ter iluminação eléctrica por causa de não poluir o ar.

4.4 A primeira essa a ser ocupada será sempre a que fica do lado esquerdo, junto à sacristia, à qual estão adestradas as cadeiras do mesmo lado.

5. Quando houver necessidade de acolher um terceiro defunto, este deve ser depositado na Capela do Senhor dos Passos.

6. Tanto a Casa Mortuária como a Capela do Senhor dos Passos fecham impreterivelmente à meia-noite e abrem às 7,30 horas.

7. As missas de Corpo Presente são celebradas na Igreja da Misericórdia.

7.1 A condução para a Igreja poderá fazer-se pela porta interior.

8. Pelos irmãos da Santa Casa e pelos pobres nada se deverá cobrar.

9. Pelos outros defuntos cobrar-se-á o que anualmente a Mesa estipular, fixando-se desde já a verba de mil e quinhentos escudos por funeral.

10. Os responsáveis pela ocupação, quando o aquecimento eléctrico for usado, devem compensar a Santa Casa em o que julgarem conveniente.

Santa Casa da Misericórdia de Bragança, vinte e nove de Abril de mil novecentos e oitenta e um. Assinada, a Mesa Administrativa”. (Livro de atas 1981-1991, fls. 3v-4)

Em 1985, nova necessidade de atualização da taxa de depósito de féretros na igreja e casa mortuária, aprovado a 5 de junho o reajuste para dois mil e quinhentos escudos. Contudo, as isenções “de taxa de utilização da igreja” mantendo-se aplicáveis estenderam-se, a 23 de março de 1991, não só a utentes como a empregados da Instituição tanto na igreja como na capela do Senhor dos Passos. A isenção de taxa podia igualmente ser concedida quando solicitada à Mesa Administrativa, sendo pela mão do antigo provedor Cónego Dr. Aníbal João Folgado instado um pedido similar, a 21 de janeiro de 1993, para “isenção de pagamento da taxa de utilização da igreja” da Misericórdia para um indigente, falecido dias antes “e cuja família tem pouquíssimos ou nenhuns recursos económicos”, sobre cujo pedido deferiu a Mesa a petição ⁹².

⁹² SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fls. 92v, 221v; Livro de atas 1992-1993, fl. 99.

A 6 de novembro de 2003, acerca da utilização do espaço da igreja da Misericórdia, foi “deliberado informar as agências funerárias de que a partir de Janeiro de 2004 a taxa de utilização da igreja da Misericórdia com defuntos será de 60 euros, face aos elevados custos verificados com a utilização do aquecimento central. Foi ainda deliberado que o horário de abertura e encerramento da Igreja com defuntos será: horário de inverno – abertura da igreja: 9 horas; encerramento da igreja: 23 horas; horário de verão – abertura da igreja: 9 horas; encerramento da igreja 24 horas”. E, a 6 de janeiro de 2005, sobre a mesma utilização da igreja e taxa de utilização de defuntos, estipulou-se que “a partir de

Em 2005, entre algumas alterações ao funcionamento da igreja privativa da Irmandade, deliberou a Mesa que os funerais seriam “auxiliados” pelo mesário Lázaro Veloso e pelo sacristão Fernando Alves “semana sim, semana não, de domingo a domingo”. O horário de funcionamento da igreja tem sido alvo de alteração, sendo as necessidades equacionadas e os fusos horários, quanto ao depósito de defuntos: “horário de verão: abertura às 9h – fecho às 24 horas; horário de inverno: abertura às 9h e fecho às 23 horas”⁹³.

2. Os Passos

“Os nichos dos Passos eram mandados fazer pelas misericórdias. No Museu Regional de Bragança, maço *Obras*, há uma escritura lavrada por tabelião a 20 de Setembro de 1798, pela qual o cabido de Bragança concede licença a Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, fidalgo da casa real, tenente-general, provedor da Santa Casa da Misericórdia, «que tinham determinado [ele e os mais mesários da Misericórdia] concluir a obra das piquenas Cappellas dos Santos Passos e porque na forma da regulação que se lhe tinha dado devia collocarse hum na Praça do Colegio junto á igreja que serve de Cathedral»⁹⁴.

Volvidas duas centúrias os edificadros *Passos* não conseguiram resistir a todas as mudanças e reestruturações de que as artérias da cidade brigantina foram alvo.

Em finais de 1961, a Comissão Fabriqueira da Freguesia da Santa Maria de Bragança havia endereçado um pedido à Santa Casa, para a cedência do Passo de S. Vicente: “solicitando a esta Mesa Administrativa a cessão do Passo que existe junto à Igreja de S.

1 de janeiro de 2004 foi deliberado estabelecer em 60 euros a taxa de depósito de defuntos (...). Assim, foi deliberado estabelecer a quantia de 70 euros a partir desta data, devendo efectuar-se o respectivo aviso”. (Livro de atas 2003-2005, fls. 6v-7 e 65v)

⁹³ SCMBGC – Livro de atas 2003-2005, fl. 66; Livro de atas 2005-2007, fl. 44.

A 16 de fevereiro de 2006, relativamente à taxa de utilização da Igreja da Misericórdia e Capela do Senhor dos Passos com defuntos, depois de “analizados os elevados custos verificados com a utilização do sistema de aquecimento central da Igreja da Misericórdia e da Capela do Senhor dos Passos, foi deliberado que a partir de 10 de Fevereiro de 2006, a taxa de depósito de defunto passe a ser de 85 euros devendo efectuar-se o respectivo aviso para conhecimento, nomeadamente das agências funerárias”; na mesma sessão, deliberou-se que relativamente aos “funerais de utentes a efectuar pela Santa Casa da Misericórdia de Bragança – em 7 de fevereiro de 2006 foram solicitados a todas as agências funerárias de Bragança orçamentos/propostas para a execução de funerais a efectuar por esta Instituição de utentes dos Lares de 3ª Idade que não tenham familiares ou responsáveis/encarregados, pelo período de 2 anos, à semelhança de anos anteriores devendo indicar os seguintes preços c/IVA incluído: urna para homem/senhora e serviço completo sem vestuário; fato de homem, camisa de homem, sapatos de homem, fato ou vestido de senhora, sapatos de senhora, tule, manto, preço por Km de deslocação para fora da área urbana de Bragança e outros serviços discriminados”. (Livro de atas 2005-2007, fls. 29v e 32v-33)

⁹⁴ Alves, F. (2000). Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Santa Maria da Feira: s/ed, tomo VII, p. 358.

Vicente, propriedade desta Santa Casa, para ser transformado no baptistério da referida Igreja Paroquial”, contudo a Mesa Administrativa verifica tratar-se “da alienação de um imóvel, para a qual carece de competência legal que lhe permita efectuar a alienação pedida, resolve submeter o assunto à Assembleia Geral desta Irmandade, em obediência às disposições legais”. Em reunião ordinária de 17 de dezembro, foi debatido o assunto entre os presentes na Assembleia Geral, onde aberta a discussão apresentou o *Irmão* João Baptista Martins a seguinte declaração de voto:

“Exmo. Senhor Provedor: Presados Confrades:

Desde Outubro de 1910 que a pouco e pouco tem desaparecido tudo que representava o espírito tradicional e religioso desta confraria, a ponto de assistirmos a um total esquecimento das festividades religiosas que, por força do artigo 61º do nosso Compromisso, são obrigatórias.

Somos nós os Irmãos, os que nos dizemos tradicionalistas e mantenedores daquilo que os nossos antepassados nos legaram de bom, quem, voluntária e conscientemente uns, e involuntária e inconscientemente outros, mais contribuiu para, a pouco e pouco, fazer desaparecer do plano religioso da nossa Confraria o espírito sublime que informa o nosso ainda hoje admirável Compromisso.

Mais tarde, ao olharmos o passado, revivendo aquelas brilhantes e imponentes procissões de Passos, cheias de fé e religiosidade, lamentarêmos, por certo o desaparecimento dos tradicionais Passos que nessas saudosas procissões tinham o devido uso.

Numa onda demagógica suprimiu dois deles: o que estava junto da Sé, para fim que me abstenho de referir e o que se achava na parede da igreja de S. Bento do lado do jardim do Governo Civil, só para que a procissão não entrasse no referido recinto ajardinado.

A Mesa de então, pelo que consegui averiguar rebuscando os arquivos da nossa Santa Casa, era constituída por elementos que na Irmandade se infiltraram, mas que de católicos nada tinham e eram paladinos daquela época demagógica que corria em todo o País.

Outro foi suprimido para dar lugar ao edifício do Posto de Protecção à Infância, tendo havido a promessa, por parte do Governador Civil de então, que ele seria construído noutra lugar, promessa que não foi cumprida.

Restam sómente dois, a recordar o passado e a garantir a continuidade do acto de culto externo para que foram há mais de cem anos construídos.

Era costume antigo, serem abertos nos domingos que antecediam o dia da Procissão de Passos, significando para o povo essa abertura a certeza de que tal Procissão se fazia nesse ano, o que a todos enchia de contentamento.

Não compreendo que, para se construir, seja preciso demolir, a não ser quando não haja outro remédio, e no caso presente o remédio existe com evidente vantagem.

São estas as razões que me levam a não dar o meu voto à cedência solicitada pela Comissão Fabriqueira da Freguesia de Santa Maria do Passo de S. Vicente.

Com efeito, verifico a necessidade que a referida freguesia tem de construir um baptistério na Igreja de S. Vicente, uma vez que se deixou de utilizar, como matriz da freguesia, a Igreja que desde mais de um século foi a matriz e dá o nome à Paroquia.

Mas, para satisfazer a necessidade que agora se verifica, podia ser construído o baptistério do lado da rua Abílio Beça, com maior espaço, dando-se-lhe uma arquitectura conforme com a que a referida Igreja apresenta nas fachadas que marginam a Rua citada, além de fazer desaparecer aquela miséria e aspecto imundo que a cada passo verificamos junto à porta da Igreja no canto que é formado pela parede da capela de N^a S^a do Carmo.

Construindo-se o baptistério no prolongamento da viela que dá acesso da rua Abílio Beça ao largo de S. Vicente, até alinhar com o passeio da Rua Abílio Beça faria estética com a capela de N^a S^a do Carmo, ligando-se as duas paredes, a da referida capela com a que constituiria assim o baptistério, por meio de um pequeno muro de vedação separado por um portal de ferro forjado, alindaria o local e beneficiaria muito a Igreja.

Construía-se, sem se destruir, e satisfazia-se, assim, a necessidade que se apresenta, e na realidade compreendemos.

Pelo que deixo exposto, e porque a cedência do Passo de S. Vicente representa, posso afirmá-lo, o golpe total e decisivo na Procissão de Passos, tão tradicional e tão arreigada no espírito do nosso povo, que se todos os anos se não realiza é porque algumas mentalidades olham mais para o problema económico, como se este fizesse abalar as finanças da Santa Casa, voto contra a cedência em questão. (...)”⁹⁵.

A divergência de opiniões quanto a esta cedência do Passo de S. Vicente foi muito grande, resultando numa votação final que o provedor Cónego António Augusto de Almeida declarou como de aprovação à cedência⁹⁶.

A 29 de novembro de 1973, por um requerimento dirigido à Mesa Administrativa pelo *Major* Miguel Augusto Tavares do anterior dia 22 desse mês, solicitava autorização para retirar os Passos instalados no seu prédio situado na Rua Almirante Reis número quarenta “atendendo a que pretende fazer obras de reparação e adaptação no citado prédio”. Teve anuência este pedido e foi encaminhado para as entidades competentes Direção Geral da Assistência Social, Cabido Diocesano e Irmãos desta Santa Casa “a convocar em Assembleia Geral. Caso se venha a obter concordância plena, a Mesa exige que no edifício a remodelar ou a reconstruir se mantenha um pequeno nicho em substituição dos Passos lá existentes”⁹⁷.

Em 1979, na sequência de um acidente causado por uma camioneta no Passo de S. Vicente, havia pago a Companhia Seguradora correspondente pelos danos causados a

⁹⁵ SCMBGC – Livro de atas da Assembleia Geral, fls. 30-31v.

⁹⁶ SCMBGC – Livro de atas da Assembleia Geral 1948-1994, fl. 31v.

⁹⁷ SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fl. 137.

importância de trinta e três mil e oitocentos escudos, pelo que a 23 de outubro se equacionava a sua remodelação. A 6 de fevereiro de 1980, aprovada a adjudicação da reconstrução pelo preço de trinta e quatro mil duzentos e noventa e quatro escudos, importância com pagamento autorizado, a 27 desse mês, ao empreiteiro “pelas obras por ele efectuadas para a restauração dos Passos de S. Vicente e pedir orçamentos para a construção das portas em ferro para a mesma obra as quais serão elaboradas de harmonia com o desenho a solicitar ao arquitecto”⁹⁸.

Mais tarde, a 9 de março de 1982, pelo Bispo da Diocese D. António José Rafael foi dirigido um pedido à Mesa Administrativa e comunicado pelo provedor Cónego José Valdemar Pires, “para a transferência dos Passos existentes na Igreja de S. Vicente para outro local da cidade, a escolher oportunamente, foi deliberado autorizar tal remoção, sem quaisquer encargos para a Santa Casa da Misericórdia”. Em 1989, a 5 de dezembro, procedeu-se à entrega do equivalente de cinquenta por cento do valor para pagamento do quadro encomendado à firma lisboeta Sant’Ana. Por deliberação de 10 de janeiro de 1991, foi autorizado o restauro do Passo da rua do Paço⁹⁹.

Ainda sob a provedoria de Dr. Diocleciano Augusto Teixeira de Carvalho, a 12 de março de 1992, foi abordada a questão da iluminação interior deste Passo de S. Vicente, deliberando a Mesa “solicitar novamente à Câmara Municipal de Bragança para antes da Semana Santa que se aproxima, mandar electrificar o interior da Passo de S. Vicente, formulando igual petição” às Energias de Portugal-Bragança. A 26 de março, havia conhecimento do ofício da edilidade municipal em que oferecia a mão de obra para a eletrificação do dito Passo, deliberando o correspondente agradecimento pela “disponibilidade de pessoal”, devendo a Santa Casa contactar o encarregado, para combinar dia e hora, devendo no local se encontrarem com o mesário Dr. Belarmino Afonso e acordarem a instalação “iluminação a pares, para ser adquirido o material necessário”. Em 1999, constatando-se a necessidade de proceder a reparações no telhado e instalação elétrica deliberou a Mesa “mandar proceder aos serviços”¹⁰⁰.

⁹⁸ SCMBGC – Livro de atas 1968-1981, fls. 257v, 267 e 268v.

⁹⁹ SCMBGC – Livro de atas 1981-1991, fls. 20, 190v e 211v.

¹⁰⁰ SCMBGC – Livro de atas 1992-1993, fls. 18v e 21v; Livro de atas 1998-2000, fls. 13-13v.